

## 2 - A inviabilidade da “coisa em si” como fonte explicativa do comportamento

Kester Carrara

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

CARRARA, K. A inviabilidade da “coisa em si” como fonte explicativa do comportamento. In: *Uma ciência sobre “coisa” alguma: relações funcionais, comportamento e cultura* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, pp. 41-105. ISBN 978-85-7983-657-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

---



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

## 2

# A INVIABILIDADE DA "COISA EM SI" COMO FONTE EXPLICATIVA DO COMPORTAMENTO

Para a compreensão do viés através do qual buscamos adentrar o cenário contemporâneo das explicações da Psicologia em relação a assuntos humanos e descrever as particularidades da lógica comportamentalista, escolhemos recuperar aspectos centrais da história evolutiva do pensamento científico sobre a determinação dos acontecimentos da natureza. Nesse caminho, é relevante alertar para o fato de que encontraremos sempre certas ideias preconcebidas em relação a alçar a Psicologia à condição de ciência, como a (suposta?) necessidade de possuir metodologia própria e distinta daquela das ciências naturais, a evanescência de seu objeto de estudo e a inacessibilidade a fontes "íntimas" de causalidade das ações que, em tese, repousariam como incógnitas no interior do cérebro.

Em nosso exercício regressivo, de modo arbitrário, porém conveniente, adotamos estas obras de Mach: *The Science of Mechanics* (1883) [A ciência da Mecânica], *The analysis of sensations* (1886) [A análise das sensações], *Popular scientific lectures* (1894) [Leituras científicas populares] e *Knowledge and error* (1905) [Conhecimento e erro], que promoveram reflexões revolucionárias, na época em que foram publicadas, sobre o que constituiria uma explicação científica. Suas proposições, ora bem aceitas, ora odiadas, como quando examinadas por Lenin (1909), tiveram grande repercussão

não apenas no âmbito da Física, mas em todo o mundo científico, desde a sua época até o momento atual.

Uma das razões para percepções menos ou mais sensibilizadas em relação às mudanças propostas por Mach foi a sua convicção, exposta em *Knowledge and error* (1909), de que residiria aí “um motivo suficientemente importante para colaborar intensamente, por meio de nossas concepções psicológicas e sociológicas, para a realização de um ideal de ordem moral do mundo” (p.305).

Para López (1981), a ideia de Mach de que, para uma verdadeira compreensão científica do mundo, era preciso que os cientistas retrocedessem “aos elementos ou sensações que o compõem, tanto no domínio subjetivo (psíquico) como objetivo (físico)” (p.85), nos aproximaria de uma consistente base teórica e dos elementos que constituem qualquer âmbito do real-físico ou do real-psíquico, princípio do qual nem metodológica nem ontologicamente se poderia escapar, “obtendo uma depuração do mundo das aparências, dos enganos e ilusões que dominam o pensamento e a concepção vulgar do mundo” (p.85).

Mach também sensibilizou alguns russos em princípio fiéis ao pensamento marxista, e Lenin, considerando-os traidores da ideologia, não se furtou a criticar Mach em seu *Materialismo e empiriocriticismo* (1909). Com relação a Lenin, parece relevante ressaltar que o cenário de iminentes e reais conflitos (como o da Primeira Guerra Mundial, entre 1914 e 1918) e os bastidores do planejamento estratégico de debates e propaganda ideológica e partidária ensejaram também movimentações e manifestações de parte da comunidade científica. Por vezes, mesmo alguns cientistas que eram seus compatriotas acabaram por deixar-se sensibilizar por certas proposições de Mach, já visto como pensador à margem da liderança de Lenin, do que resultou a contundente interpretação dada no seu *Materialismo e empiriocriticismo* (1909).

Ernst Waldfried Josef Wenzel Mach, nascido em Chirlitz-Turas, no então Império Austro-Húngaro, em 1838, foi físico e filósofo – e, em certo sentido, em razão de parte de seus escritos, talvez também pudesse ter sido um psicólogo – e, sobretudo, um

eminente pensador científico. Seu trabalho influenciou e continua influenciando praticamente todas as áreas do conhecimento. Mesmo Freud leu Mach e assinou o manifesto que este liderou, convocando os intelectuais para a fundação de uma Sociedade para a Filosofia Positivista. Freud havia sido convidado por Wilhelm Ostwald (1853-1932, “pai” da físico-química) a ser seu coautor em um artigo apoiando a ideia de seu energetismo, doutrina filosófica segundo a qual “os elementos da realidade, tanto material como espiritual”, eram concebidos como energia. Embora Freud formule um modelo explicativo próprio de energia psíquica, incompatível com o mote machiano de relações entre variáveis de ontologia física, seu propósito inicial era o de constituir uma ciência empírica consistente sobre o funcionamento da mente humana.

No entanto, Mach teve particular importância para a formulação, por Skinner, da filosofia behaviorista radical e da ciência por ele sistematizada, a Análise do Comportamento.

Para melhor avaliação da amplitude das influências de Mach nos diversos campos do saber, é necessário relembrar alguns dos principais pensadores que viveram na mesma época que ele ou em épocas próximas, voltados a atividades filosóficas ou diretamente relacionadas à práxis substantiva das ciências a que se dedicaram. Alguns desses pensadores foram: Locke (1632-1704), Newton (1643-1727), Hume (1711-1776), Kant (1724-1804), Hegel (1770-1831), James (1842-1910), Avenarius (1843-1896), Freud (1856-1939), Lenin (1870-1924), Watson (1878-1958), Einstein (1879-1955) e Skinner (1904-1990). Essa relação pode sempre ser ampliada, dado o espectro de influência do empiriocriticismo de Mach, mas não reduzida, tais as análises machianas das obras de seus antecessores, tais as similitudes de alguns conceitos centrais com o que se pode encontrar hoje nos principais sistemas científicos de explicação da realidade.

Os argumentos de Mach, extensamente incorporados e por vezes combatidos, não podem, todavia, ser ignorados se o que se almeja é uma caracterização contemporânea das principais disciplinas científicas. Como acontece com a maioria dos grandes autores,

também Mach teve fases ou momentos em que se opôs em parte a determinadas concepções ou apoiou-as com maior vigor. Em relação a algumas questões e afirmações, manteve-se incrédulo por muito tempo. Por exemplo, desde logo adotou uma postura aparentemente mecanicista e descrente em relação à teoria atômica. Considerava os átomos como “simples ferramentas que os químicos e físicos utilizavam a fim de facilitar o seu entendimento, mas sem nenhum tipo de relação com a realidade” (Pereira; Freire Jr., 2012, p.9). Ou seja, para ele, os átomos constituiriam uma simples metáfora explicativa da realidade, mesmo já sendo conhecidos, desde 1908, dados consistentes que corroboravam a natureza corpuscular da matéria.

Essas alternâncias conceituais, adicionadas às particularidades do contexto histórico-político, em especial nos momentos de ocorrência de diversos conflitos internacionais que serviram de cenário para o desenvolvimento filosófico-científico na “era da teoria”, produzem reflexões nem sempre lineares. Sem dúvida, as análises de trajetórias conceituais temporalmente persistentes na história da ciência precisam ser examinadas, considerando um contexto dinâmico e que costuma estender-se ao longo de décadas ou mesmo, quando não, de séculos. O conjunto de intelectuais citado anteriormente viveu uma dessas conjunturas especiais da história da ciência. Para ela convergiram, e se completaram ou se confrontaram, ideias inovadoras ou renovadoras, mais adiante tomadas literalmente, reificadas e consagradas como afirmações permanentes sobre fatos da natureza. Essa condição gerou polêmicas que se estenderam ao longo da história, multiplicando conceitos e posições que nem sempre fazem jus às reflexões originais dos seus mentores.

Talvez o movimento mais condizente com essa configuração complexa e ao mesmo tempo detentora de influências tão marcantes na história da ciência contemporânea tenha sido o Círculo de Viena. Nascida da Filosofia e de amálgama de especulações derivadas de outras disciplinas, a Psicologia, por volta da metade do século XIX, buscou apartar-se das conjecturas filosóficas, considerando possível constituir-se como ciência autônoma, guiada por princípios

derivados exclusivamente da pesquisa empírica. Nesse período, constituiu-se como ícone dessa busca a criação do primeiro laboratório de Psicologia no Instituto de Pesquisa Experimental da Universidade de Leipzig (1879). Mais adiante, nos Estados Unidos da América, sob lógica de pesquisa e epistemologia distintas, surgiu outra iniciativa na direção dessa almejada separação: o lançamento, já em 1913, das bases do Behaviorismo de Watson.

Não obstante tais arrojados projetos “separatistas”, provavelmente a constituição do Círculo de Viena, dirigido à unificação da ciência no que diz respeito ao seu método e à sua epistemologia essencial, possa ser legitimamente analisada, como foi feito de modo criterioso por Smith (1986). O autor considerou o Círculo como um acontecimento científico-intelectual que proporcionou ora uma reaproximação, ora uma hipotética “aliança” entre os filósofos positivistas lógicos (ou empiristas lógicos) e homens da ciência até então circunscritos a outras disciplinas, como a Matemática, a Física, a Economia, a Sociologia, mas não diretamente à Psicologia. Entretanto, esta não passaria totalmente indiferente a esse movimento intelectual responsável por mudanças radicais no pensamento científico. Trata-se de considerar sobretudo a dimensão das nítidas influências de Ernst Mach sobre a formulação e configuração inicial do Behaviorismo de B. F. Skinner a partir de sua tese de doutorado, em 1930-1931.

O positivismo lógico emergiu no mundo verbal alemão durante os anos de 1920, como um ato de resistência dos partidários da consolidação metodológica das ciências naturais, em detrimento da tradição do idealismo germânico. Suas finalidades eram: 1) a formulação de argumentos consistentes na busca por uma ciência unificada; 2) uma radical postura antimetafísica, apoiada metodologicamente no verificacionismo; 3) a definição lógica de conhecimentos sobre a natureza pelas vias analítica e sintética. Com tal paradigma tricotômico, o positivismo lógico restringiu o conhecimento aos princípios derivados da experimentação científica e destituiu a metafísica do seu *status*, não por ter sido demonstrado que era falsa, mas sim porque era desprovida de qualquer signifi-

cado e confiabilidade, entendida como verificabilidade. A importância atribuída aos procedimentos metodológicos da ciência levou positivistas lógicos proeminentes a estudar o método científico e a explorar a lógica da teoria da confirmação (estratégia carnapiana depois atacada por Karl Popper, com o argumento de que um critério melhor para distinguir o que é ciência do que não é seria o caráter de falseabilidade das asserções científicas).

Como interessam a este livro as influências diretamente recebidas pelo Behaviorismo Radical de Skinner, embora os efeitos do Círculo se estendessem de modo mais contundente às obras de Hull e Tolman, nos deteremos na participação de Ernst Mach no movimento sediado na Áustria e em quatro de suas principais obras, originalmente publicadas nas datas indicadas e provavelmente examinadas pelo mentor do Behaviorismo Radical ao longo de sua trajetória: *The Science of Mechanics* (1883), *The analysis of sensations* (1886), *Popular scientific lectures* (1894) e *Knowledge and error* (1905). Esse aspecto nos coloca em companhia dos positivistas (ou empiristas) lógicos, considerando desde logo que, de modo paralelo, mas não compartilhado, uma tendência então recente da cientificidade inspirava discussões acadêmicas restritas ao âmbito da Psicologia acadêmica. Representativo dessa tendência, o *Psychology as the behaviorist views it* (1913) [Psicologia como o behaviorista a vê], de Watson, propunha claramente a substituição da finalidade da Psicologia – de estudo da consciência, passaria a estudo do comportamento – e a conseqüente troca de estratégia metodológica – a introspecção daria lugar à observação.

Antes, e contrariamente ao tipo de contato de Skinner com o positivismo lógico, é peculiar que este, em grande medida adotado pelo Behaviorismo Metodológico, especialmente representado por Boring e Stevens, tenha induzido esses pesquisadores a uma maneira de raciocinar bem demonstrada por Matos (1997):

Considerando que só tenho acesso às informações que meus sentidos me trazem, o positivista lógico conclui que não posso ter informações sobre minha consciência, cuja natureza difere da

de meu corpo. Note-se que ele não nega essa consciência, apenas afirma a impossibilidade de estudá-la. É interessante que essa influência também levou ao idealismo e ao subjetivismo. Afirmar que não tenho acesso a coisa alguma senão a minhas sensações permite a negação do mundo: o mundo não existe, somente minhas impressões dele; portanto, só minhas ideias são reais. (p.57)

Porém, independentemente do que ocorreu com os behavioristas metodológicos, o que terá acontecido em relação ao contato do behaviorista radical Skinner com os positivistas lógicos? A interpretação mais comumente disseminada na academia e na literatura pelos comentadores que fazem restrições ao comportamentalismo é que seu Behaviorismo Radical é uma filosofia positivista que se apoiaria, para a composição de seus argumentos explicativos, no raciocínio dedutivo. Entretanto, uma leitura atenta de Mach, de Skinner e dos acontecimentos que marcaram suas trajetórias pode revelar resultados surpreendentes, certamente opostos a essa compreensão. É o que veremos a seguir, seja acompanhando diretamente alguns textos seminais desses autores ou de comentadores selecionados em função da acurácia de suas análises.

Começemos com Smith e seu *Behaviorism and logical positivism* (1986) [Behaviorismo e positivismo lógico], resultado de doze anos de estudos sobre filosofia e história da Psicologia na Stanford University. Esse livro é referência imprescindível para quem quer conhecer de modo consistente o assunto. Nos seus dez capítulos, o autor apresenta a visão lógico-positivista de ciência e as abordagens de Tolman, Hull e Skinner sobre as relações entre Psicologia e ciência. Smith examina algumas conjecturas então correntes, apoiadas sobretudo nas afirmações de Koch (1964) e Mackenzie (1972), que, em conjunto, roteirizam a análise que o autor conduz.

Este livro apresenta, assim, as características essenciais das considerações da relação entre o Behaviorismo e o positivismo lógico feitas por Koch e Mackenzie. Essas características são as alegações de que: 1) o Behaviorismo e o positivismo lógico estavam intima-



mente associados; 2) o primeiro importara sua visão de ciência do segundo; 3) os destinos dos dois movimentos estavam, portanto, interligados, ou seja, o fracasso de um afetaria a viabilidade do outro. A inclusão dessa interpretação da aliança behaviorista-positivista em um livro bastante conhecido na história da Psicologia sugere que ele realmente se constituiu numa fonte de referência para a compreensão do episódio. (p.12-3; tradução nossa)

Smith relata que Schlick foi para Viena em 1922 para assumir a cadeira de História e Teoria da Ciência Indutiva, posição que vinha sendo ocupada por Ernst Mach. Como este, Schlick era um físico-filósofo (embora Mach dispensasse insistentemente o segundo qualificativo) interessado em epistemologia das ciências naturais. Sua ida a Viena proporcionou a reunião de vários cientistas interessados em encontrar ou formular um perfil unificador da ciência que contivesse regras objetivas de pesquisa e reflexão científica que pudessem ser compartilhadas pelas várias disciplinas. Algum tempo depois, estava constituído o Círculo de Viena (Wiener Kreis). Esse grupo desenvolveu ideias que muito influenciaram o pensamento científico e filosófico do mundo ocidental nas três ou quatro décadas seguintes. A ideia central do Círculo não permaneceu sempre a mesma, naturalmente. No decorrer de sua história, surgiram dissidências e variantes, como é o caso de Karl Popper. Também daí derivou, ainda que indiretamente, uma parcela significativa do trabalho de Ludwig Wittgenstein, de início preocupado com a elucidação (ou construção) de mecanismos para uma linguagem formal que expressasse a essência dos problemas filosóficos e científicos e pudesse denotar, de maneira inequívoca, a natureza do fenômeno analisado.

Ainda para Smith (1986), os primeiros membros da organização se viam como seguidores das ideias de Mach, embora considerassem que este com frequência negava importância maior para a Lógica e a Matemática no processo de construção de uma “linguagem” científica universal. A ideia era a de que tal linguagem, com o auxílio da Lógica, forneceria ao movimento empirista os instru-

mentos que permitiriam a resolução do antiquíssimo conflito entre racionalismo e empirismo. Desde a chegada de Schlick e em função do trabalho de Mach, a trama conceitual do positivismo lógico se desenvolveu até seu reconhecimento oficial em publicação de Feigl e Blumberg, em 1931.

Os positivistas lógicos reconheciam sua origem intelectual na tradição empirista britânica do século XIX, representada sobretudo pela obra de David Hume, que já reconhecia diferenças entre questões de fato e conjecturas reflexivas (ou ideias). As questões de fato podiam ser aferidas ou testadas com referência direta ao mundo da experiência, enquanto as ideias não possuíam referências claras a esse mundo (considerando-se o empírico enquanto matéria tangível), podendo ser examinadas apenas mediante o uso da introspecção. Exceto pela Matemática, cujos postulados não teriam um referencial ontológico ancorado na experiência (mas cuja veracidade poderia ser aferida através do exame das relações entre ideias), todas as outras reflexões padeciam da ausência de uma base apoiada na experiência direta. A distinção entre essas duas instâncias e a adesão aos instrumentos de análise lógica, associada ao desenvolvimento de estratégias metodológicas de aferição da realidade, levaram os intelectuais influenciados pelo empirismo a definir sua tricotomia.

Embora seja possível um paralelo entre a visão humiana e o positivismo lógico, havia uma diferença especial entre essas concepções: Hume considerava que o conhecimento empírico consistia em hábitos nos quais sequências de impressões sensíveis estavam associadas a leis psicológicas. Para a maioria dos colegiados do Círculo – e o exemplo mais crítico talvez seja revelado pela posição do matemático Gotlob Frege –, a experiência “psicológica” não podia fazer parte da explicação dos fenômenos da natureza, porque desprovida de uma dimensão objetiva passível de ser descrita mediante um procedimento lógico-analítico. Frege foi implacável ao atacar o que chamou de psicologismo, que para ele seria uma espécie de devastação produzida pela incursão da Psicologia na

Lógica, referindo-se a esse processo como uma “doença” filosófica. Para Constant (2003):

Para começar, o psicologismo é a tendência para reduzir um problema a categorias psicológicas. Na Lógica, o psicologismo representa uma tendência a reduzir as suas regras a uma psicologia humana. Especificamente, o psicologismo implica que as leis da Lógica constituem, em princípio, um fenômeno psicológico e, portanto, os seus fundamentos são psicológicos. Por exemplo, uma forma de psicologismo afirma que as leis da Lógica são um produto da maneira como cérebros estão conectados com a realidade e, portanto, um tema de Neuropsicologia. De outro modo, pode-se afirmar que a Lógica é mais bem estudada pela maneira como os seres humanos respondem a determinadas situações e, portanto, poderia constituir-se num tema da Psicologia behaviorista. (p.1-2; tradução nossa)

As polêmicas em torno do positivismo (ou empirismo) lógico foram diversas, mas o “problema” em função do qual conceber ações lógicas como comportamento aniquilaria a Lógica *qua* Lógica ganhou destaque, uma vez que o conceito de sensação já constituía parte da arquitetura teórica proposta pelo mais eminente predecessor empirista do Círculo de Viena, Ernst Mach. Isso gerava outro tipo de tensão para a ideia de “ciência unificada”, já que, por um lado, Hume concebia a possibilidade de uma teoria do conhecimento psicológica, em contrapartida ao que viria a ser uma teoria puramente lógica do Círculo. Por outro lado, essa “psicologização” humiana era rejeitada por Frege e pelos lógicos do movimento. Paralelamente, a tensão entre empirismo (desde Hume e parte do grupo britânico) e positivismo (desde Auguste Comte e John Stuart Mill) passava pela aceitação parcial ou completa da lei positivista dos três estados e seus corolários.

Comte, que cunhara o termo “positivismo” como característica da última instância e forma de conhecimento mencionada nessa lei, defendia que o conhecimento genuíno estava baseado na experiên-

cia, e não se admitia pensar de outra forma. As leis da ciência, na sua visão, eram afirmações sobre sucessão e similaridade entre os fenômenos observados, e o conhecimento teológico e metafísico era rejeitado como ilegítimo no âmbito da ciência, uma vez que transcendia o contexto da experiência, como também para Mach. O problema essencial com Auguste Comte não era, fundamentalmente, o terceiro ponto de sua lei (o estado positivo), quando aplicado à descrição do conhecimento científico. Era sobretudo a dimensão ético-moral de sua interpretação da realidade social. O pensador francês concebia uma teoria da história da humanidade baseada na naturalização da existência de diferenças no *status* dos grupos sociais, o que implicava identificar a presença de uma condição humana dominada inerentemente por ações e crenças metafísicas e teológicas, as quais, esperava-se, seriam substituídas por um estado “superior” da sociedade baseado no conhecimento positivo.

Todavia, embora se esteja tratando de positivismos distintos, recuperar características do positivismo clássico para esclarecer quais desdobramentos desse movimento orientam a adoção do qualificativo pelos membros do Círculo de Viena (positivismo lógico) talvez seja uma alternativa pertinente para compreender, por um lado, o caráter cientificista herdado como corolário (ou, em algumas situações, como razão central do positivismo) e, por outro, o caráter prescritivo (na dimensão ético-moral do positivismo social de um Comte tardio, quando chega a formular sua “religião da humanidade”).

Comte concebia a natureza de modo muito diferente do que hoje constitui mote da metodologia das ciências naturais. Seu “naturalismo” aproximava-se de um determinismo absoluto, quase fatalista, pelo qual aceitava como “natural” a existência de um Estado em que predominaria, necessariamente, a concentração de riquezas nas mãos dos dirigentes industriais. Essa convicção o levaria a ponto de pensar que os “proletários reconhecerão, sob o impulso feminino [considere-se sua proposta de uma ‘religião da humanidade’, em que se revela um grande enlevo envolvendo sua veneranda Clotilde de Vaux], as vantagens da submissão e de uma digna irresponsabilidade, em função da doutrina positiva, que há de preparar os proletá-

rios para respeitarem, e mesmo reforçarem as **leis da natureza** que implicam concentração de poder e riqueza” (Comte, 1864; destaque nosso). Esse capitalismo incipiente, fundado num determinismo absoluto, que se contrapõe ao determinismo probabilístico hoje defendido na metodologia da pesquisa, fez apologia ideológica da ordem estabelecida como sendo natural e, em consequência, a-histórica e praticamente imutável. Coincidentemente, com essa crença na naturalização das condições sociais interclasses, o descrever descomprometido com o transformar com frequência esteve presente nos relatos de pesquisa ao longo de muitas décadas, sem indicação de intenções para a construção de uma sociedade mais equânime.

O debate sobre a naturalização da realidade social tem ensejado a adoção de distintas dimensões que hoje caracterizam as metodologias de pesquisa: ideográfica *versus* nomotética, básica *versus* aplicada, histórica *versus* a-histórica e quantitativa *versus* qualitativa. Ainda, lamentando-se que *versus*, no mais das vezes, acabe representando confronto, mais do que simples contrapartida ou parâmetro de comparação. Por certo, muito há que ser relativizado nas comparações que se faz na pesquisa atual, nos meios acadêmicos, com o ponto de vista comtiano original.

Auguste Comte (1798-1857) recebeu várias influências intelectuais, mas a mais marcante e conceitualmente próxima talvez tenha sido a de Condorcet (1743-1794): a leitura do seu *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano* (1784) foi fundamental para ele. Nessa obra, Condorcet apresenta um esboço relevante dos descobrimentos e das invenções da ciência e da tecnologia na sua época, fatos importantes, do seu ponto de vista, para uma melhor organização social e política da Europa. Comte, que já manifestara anseio, na Escola Politécnica e nos cursos particulares que ministrava, por mudanças sociais, identificou na busca do conhecimento “exato” (nesse sentido, “positivo”) o que julgava ser o melhor caminho para que a sociedade fosse beneficiada como um todo.

Comte recebeu também influência significativa de Saint Simon, de quem foi secretário. Conforme Gianotti (1983), Comte teria declarado sobre sua convivência com ele:

Pela cooperação e amizade com um desses homens que veem longe nos domínios da filosofia política, aprendi uma multidão de coisas que em vão procuraria nos livros; e no meio ano durante o qual estive associado a ele meu espírito fez maiores progressos do que faria em três anos, se eu estivesse sozinho; o trabalho desses seis meses desenvolveu minha concepção das ciências políticas e, indiretamente, tornou mais sólidas minhas ideias sobre as demais ciências. (p.viii)

Todavia, como seu mestre, no entender de Comte, se limitasse a tarefas eminentemente práticas, tais como formar uma elite industrial e científica na França, e ele aspirasse à independência e reforma teórica do conhecimento, acabou abandonando o convívio com Saint Simon. Nessa época (1823-1824), Comte publicou seu *Plano de trabalhos científicos necessários à reorganização da sociedade*, pleiteando, como anunciado no título, reformular a Filosofia, dando-lhe direção cientificista e propondo-a como instrumento útil à sua aspiração de mudança social.

O contexto histórico, na época em que o positivismo comtiano surgiu, aponta uma dissidência entre Comte e os matemáticos da Escola Politécnica de Paris, numa luta em que o poder intelectual estava em jogo. Auguste Comte acreditava que era chegada a hora de os biólogos e sociólogos ocuparem o primeiro lugar nas decisões intelectuais. Com essa disputa, perdeu o cargo de examinador na Politécnica, sobretudo em função do último volume do seu *Curso de Filosofia Positiva* e de trechos do *Discurso sobre o espírito positivo*.

Fundamentalmente, o que se nota na turbulenta trajetória comtiana é a preocupação com as condições sociais vigentes e a crença de que o novo meio de ascensão da sociedade a melhores condições só poderia ser alcançado com o desenvolvimento científico. Para tanto, era preciso investir no aprimoramento da busca do conhecimento e, mais, na delimitação das distinções necessárias entre o conhecimento científico e as demais formas como se apresentava. Fica claro, então, que o positivismo, embora tivesse seus predecessores nos séculos XVI a XVIII, em particular Bacon, Hobbes e

Hume, acabou sendo sistematizado por Comte, que recebeu também influência mais próxima e direta de Condorcet e Saint Simon, como já abordado.

De maneira sintética, o paradigma comtiano das três fases do conhecimento assim se apresenta:

- 1) A fase teológica mostra o homem tentando explicar o mundo a partir da intervenção de seres sobrenaturais. Divide-se em fetichismo, politeísmo e monoteísmo. Para os propósitos deste livro, considerando teoricamente viável essa caracterização metafórica, nas mais toscas fases históricas do pensamento científico estaríamos pressupondo a existência de “algo” ou “alguém” que interferiria na disposição dos fatos mundanos. Em outras palavras, rejeitaríamos qualquer naturalismo que pudesse ser relacionado a variáveis do mundo fenomênico e constituir-se em exemplar explicação sobre “como” os fatos da natureza se relacionam ou se contextualizam.
- 2) A fase metafísica concebe “forças” para explicar diferentes fenômenos, em substituição às divindades. Fala-se em “força química”, “força vital”, “força física”. Aqui reside o modelo explicativo mais duramente combatido por Mach, quando se revela antimetafísico. Ao fazê-lo, Mach exemplifica como puramente metafísico o uso do conceito de forças causais para explicar, como teria procedido Newton, fenômenos naturais. No âmbito da Psicologia, esse procedimento ensinaria apoio numa causalidade decorrente de estados ou estruturas internas (físicas ou conceituais, como vários tipos de energia) admitidas como instâncias responsáveis pelo comportamento dos organismos.
- 3) A fase ou estado positivo caracteriza-se pela subordinação da imaginação e da argumentação à observação. Segundo Gianotti (1983):

[...] Cada proposição enunciada de maneira positiva deve corresponder a um fato, seja particular, seja universal. Isso

não significa, porém, que Comte defendesse um empirismo puro, ou seja, a redução de todo conhecimento à apreensão exclusiva de fatos isolados. A visão positiva dos fatos abandona a consideração das causas (finais) dos fenômenos (procedimento teológico ou metafísico) e torna-se a pesquisa de suas leis, entendidas como **relações constantes** entre fenômenos observáveis. (p.XI; destaque nosso)

Dessa maneira, originalmente, a Filosofia positiva considerava impossível a redução de todos os fenômenos da natureza a um princípio único (Deus, natureza). Ao contrário, a experiência nunca mostraria mais do que uma limitada interconexão entre determinados fenômenos, cada ciência, organizada segundo o edifício científico proposto por Comte, ocupando-se apenas de certo grupo desses fenômenos, irredutíveis uns aos outros.

Essa atitude de esquivar-se da ideia de “causa” e optar pela de “relações constantes” entre tais fatos ou fenômenos naturais obviamente desagradou a muitos. Mantida por qualquer cientista na atualidade, ainda pode produzir efeito similar, embora maquiado sob outros discursos, na medida em que se procura responder, por esse caminho, a questões do tipo “Como se dá tal fenômeno?”, em contrapartida àquelas preferidas pelos leigos, que têm curiosidade para saber, por exemplo: “Por que tal fenômeno acontece?”. No entanto, embora a Filosofia positivista clássica já procurasse avançar em termos conceituais, abandonando as explicações teológicas e metafísicas, acabava esbarrando no equivocado propósito de buscar uma correspondência entre os enunciados científicos e os próprios dados, ou seja, certa “identidade” entre fato e valor (ou entre fenômeno e sua interpretação), o que, de resto, encontra-se hoje relegado a plano secundário por qualquer concepção parcimoniosa de ciência, sem que, equivocadamente, parte da crítica ainda atribua ao Behaviorismo, *grosso modo*, essa característica.

Para a caracterização da Filosofia positivista comtiana, também é fundamental a escolha do lema básico “ver para prever”, que enfatiza a importância da sistematização da observação fenomênica



e, mais do que isso, constitui-se como pilar fundamental de todo o positivismo. Sintetiza Gianotti (1983): “o espírito positivo [...] instaura as ciências como investigação do real, do certo e indubitável, do precisamente determinado e do útil. Nos domínios do social e do político, o estágio positivo do espírito humano marcaria a passagem do poder espiritual para as mãos dos sábios e cientistas e do poder material para o controle dos industriais” (p.XII). Daí se pode anteciper a interpretação recorrente de que, com tal proposta, consolidou-se, em épocas mais recentes, uma necessária equivalência de “princípios positivistas” a um (eticamente cruel) desenvolvimento científico comprometido com o capital, a serviço do poder dominante e detentor de uma posição imobilista que busca a adaptação do homem à realidade que lhe é apresentada, em contrapartida a uma postura dinâmica, que investiga o envolvimento dele com a transformação social.

Dessa caracterização do positivismo clássico se depreende que Comte, apesar de seus propósitos de reforma social, não foi propriamente um pensador progressista ou revolucionário, uma vez que mostrou-se reacionário no tocante à naturalização das diferenças sociais interpretáveis nas suas últimas obras, aquelas de interesse menos científico e mais ficcionais, de certo modo afetadas pelas suas últimas convicções religiosas. Em lugar de aprofundar o estabelecimento de uma ciência transformadora da realidade, o que fazia de fato era exortar os proletários a “abrandar o egoísmo dos capitalistas”. Estava à procura de uma ordem moral humanitária, que veiculou e defendeu nas últimas publicações, o que culminou numa proposta de mudança de ordem contraditória, presente na sua religião positiva, propriamente, seu apostolado positivista, que pudesse abolir conflitos de classe. Por certo, seu apelo ao que se poderia hoje denominar de “conscientização do poder instituído” para sensibilização com relação aos problemas sociais não teve os efeitos que, em tese, parecia esperar. Apesar de sua contribuição para o avanço epistêmico-metodológico, o positivismo “social”, desde Comte e Durkheim, e que teve influência político-ideológica no Brasil, esteve mais para uma desastrosa concepção do que pudes-

sem ser transformações comunitárias orientadas pela justiça social, além de não ter consolidado propostas convincentes de estratégias de aplicação do conhecimento científico à constituição de uma sociedade cidadã. Algumas dimensões particulares caracterizaram tal influência. Para Pereira e Freire Jr. (2012), no Brasil

[...] o positivismo mostrou-se muito mais influente nas questões políticas do que nas questões filosóficas ou científicas. Gomes (1998) defende que apesar do enorme número de seguidores do positivismo no Brasil, a influência do positivismo na ciência brasileira foi muito pequena, devido à inexistência de universidades no país até 1920. Estudantes brasileiros pertencentes à elite realizavam seus estudos na Europa, em geral, na França e, desta forma, a elite brasileira se apropriou das ideias comtianas. Entretanto, o positivismo tornou-se uma filosofia importante na formação do pensamento republicano, sendo a maior expressão dessa influência os dizeres “ordem e progresso” presentes na bandeira brasileira. (p.3)

Especialmente no âmbito europeu, acentua-se em Émile Durkheim (1858-1917) a ideia de que os fenômenos sociais poderiam ser analisados e explicados mediante o emprego da metodologia das ciências naturais. Embora tenha sido Comte a cunhar o termo “sociologia”, foi Durkheim quem formalizou estratégias básicas para a pleiteada “sociologia científica” (*Da divisão do trabalho social*, 1999; *As regras do método sociológico*, 2007). Durkheim é contundente: “A primeira regra e a mais fundamental é a de considerar os fatos sociais como *coisas* (físicas).” Referia-se à proposição comtiana de que fenômenos sociais são fatos naturais submetidos a leis naturais: não haveria senão coisas na natureza. Começa aqui um mal-entendido que perdura até hoje na concepção de muitos. Ele estava convencido de que havia regularidade na natureza, inclusive na natureza social, ou seja, os fenômenos sociais ocorreriam com certa regularidade, podendo ser expressos em termos de teorias, leis, postulados científicos. Nesse sentido, prevalecia uma espécie de monismo fisicalista em seu pensamento sociológico. Entretanto, se

Durkheim parecia convincente ao defender que o comportamento social pode ser compreendido por meio de estudo empírico, por outro lado parecia associar a essa possibilidade de compreensão a ideia de que a natureza da sociedade – uma vez que seu funcionamento seria submetido a leis – não podia ser alterada, numa espécie de determinismo “fatalista”, e não determinista: “os fenômenos físicos e sociais são fatos como os outros, submetidos a leis que a vontade humana não pode interromper [...] e, por consequência, as revoluções no sentido direto do termo são coisas tão impossíveis como os milagres”.

Com essa imobilização do fato social, Durkheim acabou por defender um princípio de não intervenção, de conformidade e de reprodução incontestada da estrutura social em vigor. A sociedade, nesse sentido, se constituiria como “sistema de órgãos diferentes no qual cada um tem um papel particular [...] mesmo que alguns tenham situação especial (privilegiada)”. É por essa via que ele viria a ser considerado, de certa forma, metodologicamente conservador: o fato de que se poderia estudar o fenômeno social objetivamente é, por vezes, confundido com a ideia de que esse fato, por ter estofamento físico e natural, seria imutável, inalterável.

Seguramente, as menções aqui feitas a Durkheim são frações ínfimas de suas reflexões metodológicas, que não podem ser avaliadas como menos ou mais maleáveis, como eminente ou superficialmente positivistas, sem o risco de formular conclusões prematuras e talvez ingênuas. Todavia, servem à finalidade principal desta reflexão, que inclui esboçar um traçado do contexto em que o Behaviorismo teve contato com a tradição positivista comtiana e suas modificações ao longo da história. Ainda como sintomática influência dos preceitos comtianos, Durkheim sustentava um apelo a que os cientistas sociais se pautassem por um “esforço de objetividade” ao analisar os fenômenos sociais. Nesse sentido, deveria ser mantido “certo distanciamento” do homem enquanto observador com relação ao homem enquanto ser observado. Levada ao extremo, tal ideia presumia a possibilidade do observador “neutro”, que se desvincularia da sua condição de homem enquanto ser falível, histó-

rico, multideterminado, sob influência das próprias características do objeto da observação. Assim, “distante” e livre das influências subjetivas, o cientista poderia “ver” melhor e de modo mais claro o fenômeno social. É consensual, hoje, entre a maioria dos pesquisadores e filósofos da ciência, que isso é impossível. Inúmeros estudos, sobretudo na área social, já mostraram que, por maiores e mais aperfeiçoados que sejam os cuidados metodológicos utilizados na observação de um fenômeno, resta sempre, com maior ou menor intensidade, algum indício da influência de características inerentes ao observador enquanto variável presente na descrição e interpretação que se faz do fenômeno.

Essa característica do positivismo ingênuo, que não é “privilegio” de Durkheim, já que esteve presente na fala e na prática de muitos estudiosos, sustenta a ideia de uma ciência supostamente “neutra”, que poderia resolver todos os problemas da observação mediante o aperfeiçoamento técnico, ideia que permanece, ainda, em meio a raras parcelas da comunidade acadêmica e de pesquisa. Essa pequena parcela de pesquisadores acredita que o avanço tecnológico da observação, desde aquela feita a olho desarmado até aquela realizada com equipamentos eletroeletrônicos, digitais, a cada dia mais sofisticados, garantirá, algum dia, a total ausência de contaminação dos resultados. Não se enxerga aí o fato de que sempre, e por último, cabe ao ser humano interpretar e consumir os resultados da pesquisa. Ou seja, os dados são o que são apenas no sentido de que não se constituem em algo assepticamente separado de qualquer coisa que seria, em tese, alguma “coisa” em si mesma. Eles são, desde sempre, uma interpretação da realidade à qual se dá uma denominação e uma organização, como se verá sobretudo a partir da influência de Mach.

Todavia, por não constituir o centro de nossa atenção neste livro, a caracterização superficial do contexto histórico do positivismo que foi feita parece suficiente para deixar claro outro episódio que marcou a trajetória das filosofias de ciência que culminaram no aparecimento do Behaviorismo Clássico de Watson e nos neo-behaviorismos de Hull, Tolman e Skinner. Parece conveniente, no

entanto, esclarecer melhor o chamado “esforço de objetividade” defendido por Durkheim, conceito convenientemente examinado e exemplificado por Lövy (1994):

Liberar-se por um “esforço de objetividade” das pressuposições éticas, sociais ou políticas fundamentais de seu próprio pensamento é uma façanha que faz pensar irresistivelmente na célebre história do Barão de Münchhausen, o herói picaresco que consegue, através de um golpe genial, escapar ao pântano onde ele e seu cavalo estavam sendo tragados, ao puxar a si próprio pelos cabelos [...] É suficiente examinar a obra dos positivistas, de Comte e Durkheim até nossos dias, para se dar conta de que eles estão inteiramente fora da condição de “privados de preconceitos”. Suas análises estão fundadas sobre premissas político-sociais tendenciosas e ligadas ao ponto de vista e à visão social de mundo de grupos sociais determinados. Sua pretensão à neutralidade é às vezes uma ilusão, às vezes um ocultamento deliberado e, frequentemente, uma mistura bastante complexa dos dois. É inútil insistir, aliás, neste aspecto, já que os positivistas mais lúcidos, como Karl Popper, mostraram, eles próprios, o ridículo desta doutrina tradicional da ciência social sem preconceitos e sem prenoções. (p.32-3)

Não há como examinar a evolução de uma corrente psicológica sem fazer alusões à filosofia e à sociologia que a precederam ou acompanharam historicamente. Não é sem razão que Lövy (1994) considerou Popper como “mais lúcido”, embora, na mesma obra, ele se torne objeto de crítica do autor. Isso porque Popper, de certo modo dissidente do Círculo de Viena, produziu influências até hoje mantidas por muitos estudiosos no que diz respeito ao caráter de demarcação científica. Seu critério de falseabilidade das asserções científicas, em contrapartida ao de confirmação repetida de tais asserções, lançou novas luzes para a construção do edifício da ciência, como veremos adiante.

Retornamos, incidentalmente, à história do positivismo e, sobretudo, à tensão experimentada por Comte devido ao fato de que

as ideias de Saint Simon (de quem não divergira por simples idiosincrasias) e de outros pensadores do Iluminismo pudessem transformar-se em ameaça à “estabilidade social” vigente. Ao mesmo tempo que não queria o estado de coisas anterior a 1789, pretendido pelos absolutistas, temia uma postura revolucionária. Por isso, seu positivismo de então enseja a defesa de uma sociedade “científica” em que é privilegiada uma “ordem industrial”, a qual sustenta, afinal, a ideia de “ordem e progresso”. Nessas circunstâncias, não é difícil entender o sentido generalizado da crítica ao positivismo como filosofia comprometida com a manutenção do estado de coisas vigente. Ou seja, o progresso da ciência, viabilizado pela objetividade, por si e necessariamente traria melhores condições de vida para todos, o que é provável que tenha sido o ingênuo engodo em que se meteram Comte e seus primeiros seguidores.

Por razões parecidas, o conceito de positivismo como condição suficiente para o reacionarismo e a alienação se difundiu por longo período e se mesclou com uma busca da objetividade científica contaminada pela crença impertinente em dados puros e na neutralidade científica, interpretação hoje completamente abandonada em todas as disciplinas. Entre os críticos dos empreendimentos científicos que continuam buscando objetividade na identificação, descrição e análise dos dados e na construção de sistemas teóricos explicativos da realidade ainda existem, no entanto, posturas que confundem e mesclam essa desejável atitude científica com a descabida crença em dados puros e com a naturalização imobilista de classes no contexto das sociedades, as quais há muito tempo se sabe que são resultantes da história das relações sociais.

Como já se mencionou, a literatura crítica acerca da influência positivista sobre o Behaviorismo vai desde uma análise das reais implicações metodológicas e conceituais da pesquisa até implicações político-ideológicas mais profundas. Na primeira dimensão, estão em jogo algumas dicotomias básicas, como a questão do como? e do por quê? enquanto questionamentos a serem feitos sobre os fenômenos. Também aí reside o debate acerca de verificação e refutabilidade. De modo mais geral, um jogo que envolve questões lógicas,

relativas à indução e à dedução, e que chegou a colocar sob análise a proposição de Karl Popper sobre os critérios de demarcação entre o que é e o que não é ciência – embora ele tenha sido ocasionalmente citado por Skinner, este não teve o objetivo precípua de ater-se a essa discussão, apesar de sua reconhecida importância. Por fim, outra questão em que a influência positivista da busca da objetividade está presente é a que diz respeito à recusa de Skinner do *status* causal atribuído por alguns aos eventos mentais (trata-se de caso genérico no âmbito do cognitivismo de seu tempo). Ele insiste em rejeitar qualquer espécie de teleologia, qualquer espécie de explicação que envolva a busca de propósitos que sejam supostamente causadores do comportamento, até porque, reitera-se, demarca o seu Behaviorismo Radical como uma filosofia de ciência que admite, por pressuposição, estofa único nos fenômenos: trata-se de um estofa físico que lhes confere caráter monista.

Desse primeiro bloco analítico sobre as influências positivistas originaram-se outras polêmicas envolvendo o Behaviorismo, por exemplo, a questão quantidade–qualidade. Bruyne, Herman e Schoutheete (1977) entendem a quantificação, que seria prioridade no Behaviorismo, como uma ligação entre a operacionalização de hipóteses e a coleta de informações, submetendo a pesquisa a suas exigências metodológicas. Nesse sentido, a quantificação imporia uma ordem ao universo semântico, reduzindo-o a um universo simbólico de números. Em alguns casos, esse proceder tipificaria influências do positivismo lógico, não atribuíveis, como vimos, diretamente a Skinner (nesse sentido, Hull e Tolman tendiam a expressar, em termos de fórmulas e equações, as relações entre comportamento e ambiente). Note-se, sobre o *continuum* quantidade–qualidade, tal como mencionamos em outra publicação (Carrara, 1996):

Em seguida, há a necessidade de apreciação dos métodos qualitativos e quantitativos, que acentuam discussões e grande polêmica em torno de um caráter supostamente simplista e reducionista que teria passado do positivismo ao Behaviorismo. A ênfase na

quantificação, nos últimos oitenta anos, parece ter sido responsável por certa “desqualificação da qualidade”. Se, para Goode e Hatt (1977), “a pesquisa moderna deve rejeitar como falsa a dicotomia entre métodos qualitativos e quantitativos baseada no uso ou não da estatística”, para Demo (1981), fica clara uma rejeição quanto à possibilidade de um conhecimento puramente objetivo. Demo opta pelo critério da objetivação, que substitui a tentativa de reproduzir a realidade assim como ela é. Alerta, então, que, como nunca conseguiremos realmente reproduzi-la, devemos optar pela objetivação, uma conduta que compreende caminhar em busca da objetividade, embora alcançá-la de modo definitivo seja utópico. (p.236)

Outros autores também criticam o uso dos métodos quantitativos derivados do positivismo, alertando para o fato de que não seriam os métodos em si que produziriam as injustiças sociais, mas o uso que se faz deles. Ou seja, pela concepção positivista da ciência, “que insiste na aplicação do modelo das ciências naturais às ciências sociais”, as verdadeiras crenças e práticas dos seres humanos ficariam relegadas a segundo plano, o que parece ser mais uma crítica no sentido de que esse encaminhamento metodológico (a quantificação) levaria, necessariamente, a uma “objetificação” do indivíduo.

Parece ser exatamente pela via do estudo “objetivo” do ser humano que se encaminha a crítica ao Behaviorismo em geral e ao Behaviorismo Radical em particular. Através da quantificação – mensuração da frequência, duração, intensidade, força-peso, topografia ou outras dimensões do comportamento –, a Análise do Comportamento seria científica apenas no sentido da medida em si, mas ficaria do lado de fora da análise sobre o que há exatamente de “humano” no ser humano. Ou seja, o que se defende, em geral, na literatura crítica, é que algumas características do ser humano, seja no seu comportamento, seja na sua personalidade, seja nas suas ações, fugiriam aos padrões de análise próprios das ciências naturais. Em outras palavras, o Behaviorismo Radical seria uma filosofia incompetente para dar conta de todas as dimensões, sobretudo



“sociais”, que participam da determinação das ações humanas, porque seu método – positivista, em essência –, se aterá apenas a uma parcela da realidade, não alcançando dimensões intrínsecas à complexidade das organizações sociais.

De qualquer maneira, seguramente, cabe fazer uma ressalva: Skinner não nega, em absoluto, a importância do que vem sendo designado de metodologia “qualitativa”, embora sua forma peculiar de trabalhar (delineamento de sujeito único, com replicação sistemática) pressuponha evidente e extensa quantificação. Mas ele entende que, em última análise, apenas a qualidade interessa. A quantidade, em si, nada diz sobre as propriedades das variáveis estudadas. O cientista não tem interesse na quantidade em si mesma, a qual lhe interessa apenas por estar associada a fenômenos da natureza e contribuir para expressar sua “intensidade”. Talvez possa estar interessado em números ou em algum “aspecto cabalístico” de certos números (7, 13, 666), mas o interesse aqui não está em outro aspecto, senão no vínculo cultural supersticioso entre números e acontecimentos físicos. Esse simples exemplo falseia a ideia de que o cientista se interesse por números em si ou por si mesmos. Estudar as dimensões “cabalísticas” de certos números é um estudo sociológico de aspectos qualitativos. Não há como falar em qualidade a não ser a partir de observação, descrição, quantificação, procedimentos que assegurariam uma posterior interpretação científica.

Aparentemente, tanto Skinner desvalorizou (ou demorou a responder a) algumas das observações dos críticos acerca de sua produção científica – como aquelas de Chomsky sobre linguagem *versus* comportamento verbal, em geral apenas provendo respostas às vinte principais restrições no seu *About Behaviorism* (1974) [Sobre o Behaviorismo], ou participando de debates históricos –, quanto alguns críticos supervalorizaram a desqualificação das concepções objetivistas (cf. Thiollent, 1987), que se opõem, em geral, “à concepção empirista concebida em moldes positivistas que tende a desvalorizar a elaboração teórica e supervalorizar a observação” (p.87).

Uma confusão comum em relação a quanto e em que medida é positivista o Behaviorismo Radical advém de seu suposto desdém

com relação ao mundo “mental”, o que Skinner contesta em 1974: “uma ciência do comportamento precisa considerar o lugar dos estímulos privados como coisas físicas e, ao fazê-lo, provê uma explicação alternativa para a ‘vida mental’ [...] a questão, então, é: o que está sob a pele e como nós podemos conhecer isso? A resposta é, creio, central para o Behaviorismo Radical” (p.180).

Parte da crítica faz confusões conceituais entre o Behaviorismo Radical e o Metodológico de Boring e Stevens, e, adicionalmente, utiliza de maneira indiscriminada, como sinônimos, Behaviorismo skinneriano e watsoniano. Esse descuido conceitual, infelizmente muito comum, também leva à atribuição de conotação pejorativa ao conteúdo da crítica: ao supor que o Behaviorismo Radical rejeita o mundo privado, ele passa a ser considerado reducionista; ao ser assim considerado, supostamente, objetifica o ser humano, equalizando-o aos outros animais; ao fazer esta equalização, tende a encarar o homem como ser limitado, não criativo, não produtivo, que está à mercê do meio e, por isso, é inteiramente passivo; ao considerar o homem como passivo, determinado, o Behaviorismo, em geral, seria corrente teórica imobilista, não transformadora, reprodutivista e, como esse tipo de papel serve ao poder dominante, ideologicamente reacionária.

Claro está que o exercício dessa linha de raciocínio deixa de levar em conta as diferenças entre os diversos tipos de Behaviorismo, o contexto histórico das inegáveis influências positivistas em toda a ciência (e também no Behaviorismo), os trabalhos de vários autores, especialmente behavioristas radicais, de colocar sua metodologia e suas descobertas a serviço da população (ver Holland, 1977), sobretudo contra minorias elitistas e despóticas. Pouco adiante, neste livro, nos auxiliará uma análise mais detalhada desenvolvida por Cupani (1990), diferenciando “positivismo” e positivismo no cenário científico geral. É óbvio, portanto, o fato de que Skinner não ignorou – embora não tenha incorporado integralmente – a formulação filosófica positivista. Recebeu líquida e certa influência de Ernst Mach, como já mencionamos. Mas o positivismo de Mach precedeu e influenciou o Círculo de Viena,

propulsor do positivismo lógico. Até por conta dessa influência, Skinner declara no começo de *The behavior of organisms* (1938) [O comportamento dos organismos]: “o sistema, na medida em que envolve o método científico [...] é positivista” (p.44). Contudo, sua referência, aí, restringe-se à prevalência do estado positivo, no sentido comtiano de que a imaginação e a argumentação subordinam-se à observação. Como já mencionamos em outros escritos (1996):

Entretanto, isso não confere à afirmação skinneriana a condição de submissão ao conceito apresentado por Hanson (1975), segundo o qual no positivismo a observação despreveria propriedades da natureza das coisas e não propriedades inerentes às teorias ou interpretações que os observadores elaboram acerca da natureza. É seguro, no Behaviorismo Radical, que o observador tem entre si e o dado de realidade todo um anteparo representado pela sua história comportamental. Não fosse assim e não se investiria tanto, no Behaviorismo, em pesquisar cuidados metodológicos que possam reduzir a incidência dos erros experimentais devidos à influência do pesquisador nos resultados das pesquisas. Esse investimento, contudo, já foi celebrado como podendo apenas tornar-se um ideal relativo, de vez que o viés completo não pode extinguir-se, por conta de que o ser humano acaba sendo parte inerente da natureza que observa e estuda. (p.247)

Skinner reitera sua preocupação em relação à subjetividade nas observações, em especial quando se trata de introspecção, em um trecho de seu último livro (1989, p.139-41), quando declara que os positivistas lógicos, num contexto paralelo ao do operacionismo lógico criticado no simpósio de 1945 (ver Skinner, 1945a; 1945b), admitiam a existência de uma mente, mas concordavam que ela deveria ficar fora do domínio da ciência, porque não podia ser confirmada por uma segunda pessoa, o que configuraria ausência de intersubjetividade entre pesquisadores como critério de demarcação de objetividade científica. Afirma que, de modo contrário aos behavioristas metodológicos, aceitava a existência de comportamentos privados,

como o pensamento, e de outros eventos internos, porém como estados corporais, cujo estudo deveria ficar a cargo dos fisiólogos, em relação à sua estrutura e ao seu funcionamento. Para o autor (1989):

Dados obtidos através da introspecção seriam insuficientes para a ciência, uma vez que a privacidade torna impossível aprender a observá-los de maneira precisa [...] como mostrou Lawrence Smith (1986), o positivismo lógico veio muito tarde para influenciar diretamente Hull, Tolman ou a mim, de maneira marcante, mas isso era devido a uma figura anterior, Ernst Mach. Minha tese de doutorado já consignava meu débito a *The Science of Mechanics* [...] Smith está certo em dizer que a “aliança comportamental-lógico-positivista, de modo geral, **foi muito mais limitada em seu escopo do que comumente se acredita**”. Na verdade, eu não acredito, em absoluto, que houve uma aliança, e, portanto, não acredito em algo chamado, de forma absolutamente imprecisa, de “aliança fracassada”. [...] Dentre os três comportamentalistas, Hull foi o que mais ativamente promoveu uma conexão com o positivismo lógico. Como afirma Smith, o assassinato de Moritz Schlick enfraqueceu o Círculo, e o positivismo lógico voltou-se para o movimento de unidade da ciência. Hull assistiu ao Terceiro Congresso Internacional da Unidade da Ciência em Paris, em 1937, e foi um dos organizadores do encontro de 1941, na Universidade de Chicago. Nessa comunicação, falava da “surpreendente e significativa similaridade entre a doutrina fisicalista dos positivistas lógicos e o enfoque característico do comportamentalismo americano que originou o trabalho de J. B. Watson [...]” (p.139-41; destaques nossos)

As inconsistências conceituais na atribuição de um caráter positivista ao Behaviorismo Radical são muitas e vêm acompanhando, de maneira polêmica, a sua própria história. Matos (1990) reafirma que Skinner sempre teve alguma preocupação com a verificabilidade – e, com isso, foi em parte influenciado pelo operacionismo de Bridgman –, mas admite que sua epistemologia é marcadamente diferente daquela dos positivistas lógicos, uma vez que seu anti-

formalismo e sua inabalável postura empírico-descritiva revelam a influência certa de Mach, mais que de qualquer outro tipo de positivismo. E, reiterando essa herança que privilegia o relacional, Matos (1997) explicita que “o behaviorista radical não trabalha propriamente com o comportamento, ele estuda e trabalha com contingências comportamentais, isto é, com o comportar-se dentro de contextos” (p.46).

Esses desencontros conceituais relativos ao conceito de positivismo são em parte esclarecidos por Cupani (1990), ainda que seu trabalho não pretendesse, originalmente, qualquer vínculo específico com o contexto behaviorista. O autor crê que algumas dessas interpretações enviesadas do termo “positivismo” vinculam-se à questão de uma boa definição do que signifique objetividade científica. Assevera que existia nos anos de 1990, época em que algumas de suas obras foram publicadas, uma tendência crescente nos meios acadêmicos a denominar de “positivista” a convicção de que a ciência constitua esforço de conhecimento para validar resultados de pesquisa de todos que possuem certa formação científica, independentemente de peculiaridades individuais ou grupais dos seres humanos.

Cupani (1990) esclarece que a objetividade científica residiria nessa validade “universal” e admite que a denominação de positivismo para esse conceito de ciência é compreensível, porque ela muito deve aos esforços do positivismo e do neopositivismo históricos para reconstituir a conduta dos cientistas naturais. Observa ainda que foi característico do positivismo ingênuo crer na possibilidade de que o cientista pudesse se referir a dados puros, isentos de interpretação, na medida em que a ciência era vista como uma tarefa de constatação da natureza, o que poderia ser alcançado “por todos”, a partir da observação dessa natureza – prevalece aí a questão da objetividade por consenso, admitida pela avaliação da intersubjetividade entre pesquisadores, a crença na lógica do acordo entre cientistas. O autor, no entanto, esclarece que esse tipo de crença foi varrido da ciência há muito tempo: os epistemólogos de diversas orientações têm mostrado quanto ilusório é conceber a ciência

como investigação de dados puros. Os dados são necessariamente interpretados e elaborados, e o simples fato de que são relatados mostra isso, tanto quanto a pesquisa na área de profecias autorrealizadoras e “efeito Pigmalião”.

Por essa via, é compreensível, embora não justificável, a prática de denominar de “positivistas” os partidários da objetividade científica, embora não defendam uma ciência neutra ou a possibilidade de observações “puras” no sentido do positivismo clássico. Para Cupani (1990), associações ainda mais sutis seriam feitas ao se suspeitar da estratégia anteriormente mencionada. Segundo o autor, diante da conhecida posição de Popper, os teóricos acusados de “positivismo” são por vezes partidários da sociedade liberal. Em virtude da associação liberalismo–capitalismo, tornam-se inimigos naturais do marxista que, fazendo do positivismo a ideologia oficial do capitalismo, encontra fácil oportunidade para considerá-los “positivistas”.

Considerações parcimoniosas a esse respeito são apresentadas por Cupani (1990):

Existe uma tendência crescente em nossos meios acadêmicos a denominar “positivista” a convicção de que a Ciência constitua um esforço de conhecimento cujos resultados devam ser válidos para todos os que possuírem a devida formação específica (matemática, sociológica etc.), independentemente de peculiaridades individuais ou grupais dos seres humanos. A objetividade científica residiria nessa validade “universal” das afirmações científicas, uma validade alcançada pela conjunção de fatores tais como o proceder metódico, a constante crítica e autocrítica dos cientistas, a atitude imparcial ante os assuntos estudados, a prescindência de interesses outros que a busca da verdade, a utilização de linguagens unívocas e enunciativas (não expressivas ou imperativas) e a atenção preferencial aos aspectos quantitativos dos fenômenos pesquisados. Os resultados seriam objetivos porque intersubjetivamente válidos, e nessa medida indicariam que a tentativa de conhecimento foi bem-sucedida, ou seja, seriam “objetivos” em sentido etimológico: corresponderiam aos objetos reais em si mesmos. (p.103)

O autor esclarece ainda outros aspectos relevantes da questão:

Ora, há tempo que os epistemólogos das mais diversas orientações têm mostrado que é ilusório conceber a Ciência como investigação que se serve de dados não interpretados. Apesar da enganosa etimologia, os dados são elaborados: correspondem a questões, hipóteses e teorias em função das quais são procurados. Os dados, por conseguinte, resultam de uma interpretação (ou melhor: são certa interpretação), cujo mérito consiste em não ser arbitrária, senão justificada dentro do âmbito de consenso em que tem sentido uma dada pesquisa. [...] É provável que muitos cientistas continuam a acreditar que trabalham com dados não interpretados; em tal caso, merecem certamente a crítica de serem “positivistas”. Sem embargo, é curioso que sejam assim considerados os pesquisadores e teóricos que reconhecem a inevitável interpretação dos dados, mas que defendem, apesar disso, a objetividade do conhecimento científico, definida pela não arbitrariedade dos dados dentro de um determinado consenso. Os críticos parecem presumir, a partir da defesa da objetividade, a crença em dados puros, e se sentem autorizados a falar de “positivismo”. E como a crença em dados puros encontra-se desacreditada, os críticos parecem deduzir que se encontra igualmente desacreditada a própria noção de objetividade científica. Desse modo, “positivismo” acaba significando a aparentemente injustificada confiança na objetividade científica. [...]

De acordo com as considerações anteriores, é inadequado denominar “positivistas” aos partidários da objetividade científica. Todavia, mais delicada que a questão da denominação é a rejeição da ideia de objetividade que parece acompanhar e motivar a censura de “positivismo”, pois, se não estou enganado, o espírito da crítica parece consistir na convicção da superioridade da verdade-para-nós sobre a verdade-para-todos. [...] Denominar “positivistas” a pesquisadores e teóricos que não o são, pode ser uma estratégia para desqualificar posições adversas à própria. Atribuindo a um defensor da objetividade a crença – hoje abandonada – em dados puros, mostrar-se-ia como insustentável a defesa da objetividade,

tornando-se plausível a noção de que a Ciência deva ser comprometida. [...] É difícil encontrar hoje alguém que se considere discípulo ou continuador dos positivistas e neopositivistas. Debater o positivismo tem, por isso, a meu ver, um interesse puramente histórico. O debate em torno do “positivismo”, pelo contrário, equivale ao debate sobre a objetividade e – pelas razões antes expostas – sobre a confiança na verdade e no seu valor a propósito dos problemas atualmente vividos, principalmente os sociais. Evitar uma denominação inapropriada seria uma significativa contribuição para um tratamento rigoroso e uma discussão honesta de tais problemas. (p.104-6)

Para análise detalhada da presença do positivismo no seu âmbito metodológico e ético-social, ver também Cupani (1985). Todavia, relativize-se o discutido, mesmo porque há que se considerar que o autor realiza a sua análise dentro do contexto da epistemologia e da filosofia da ciência, mais amplo do que as cercanias do Behaviorismo. Daí, especialmente, a menção a Karl Popper: *The open society and its enemies* (1945) [A sociedade aberta e seus inimigos]. Entretanto, não é uma generalidade que todo cientista que valorize a objetividade, ainda que por formas e vias de acesso diferentes, seja partidário do liberalismo mencionado. Habitam entre eles, como entre os que não defendem a busca da objetividade, vários outros tipos ideológicos possíveis. De qualquer modo, permanece pertinente a análise para mostrar como associações plausíveis ou espúrias fluem, de maneira intencional ou casual. O Behaviorismo Radical de Skinner, em virtude de toda a sua história, acaba certamente sendo incluído por seus críticos, via tais associações, no rol das correntes cujo “positivismo” inerente seria sinônimo de comprometimento com uma posição politicamente arcaica e atrelada ao poder dominante. Tal história inclui sempre o traço inusitado – e, por vezes, precipitado – das afirmações de behavioristas polêmicos, como no caso de Watson e seus desafios, lançados em conferências públicas no início do século XX, por exemplo, bem como de obras que geraram intermináveis análises e acusações de utopia das mi-



norias, como *Walden Two*, ficção skinneriana de 1948 inspirada, em termos éticos e ideológicos, em *Walden*, de W. H. Thoreau (1854), e, em termos científicos, na então incipiente Análise do Comportamento.

A identificação de Comte como o aparentemente único responsável pela ideia do positivismo acontece por conta de seu trabalho intenso de sistematização, que inclui a lei dos três estados, o lema do “ver para prever” e a divisão das ciências; e sua efetiva proposição de transformação da filosofia positivista em ideologia que pretendia mudanças políticas a serem obtidas pela conversão da consciência pública dominante, apenas mostrando aos detentores do poder as diferenças entre o saber “objetivo” e o “subjetivo”. Embora esse tipo de postura possa ser mais bem examinado se contextualizado temporalmente na história da humanidade, não é difícil perceber que constitui um paradigma recorrente no pensamento contemporâneo. Mais especificamente, a ideia de que o trabalho de “conscientização” de certos grupos, mediante políticas públicas que consistam em meros “esclarecimentos”, “orientações” e “convencimento verbal”, é eficiente ainda permanece entre vastos segmentos sociais e nas principais agências institucionais que dirigem a vida pública. Essas instâncias, em sua maior parte, desconhecem o fato de que se torna imprescindível um arranjo de contingências que preveja, para além da mera informação, três momentos interligados: o contexto para emissão do comportamento, as características do próprio comportamento e as consequências por ele produzidas.

No âmbito da narrativa da história evolutiva do positivismo clássico, até sua presença reorientada no positivismo lógico do Círculo de Viena, a questão técnico-pragmática do arranjo de contingências capazes de mudar comportamentos ou práticas culturais justifica-se melhor pelo fato de que, na passagem de Mach a Skinner, pode-se verificar a inovação aí resultante na explicação da dinâmica das atividades humanas: a passagem da identificação de causas à descrição de relações funcionais. Essa passagem revela-se em Skinner, posteriormente, como crucial para a compreensão consistente do mundo empírico humano e da natureza em geral.

Trata-se de aspecto vital para a cisão entre a Psicologia que insiste em defender explicações pautadas em supostas forças, constructos hipotéticos e condições e estruturas internas, e a Psicologia apoiada na descrição de relações entre variáveis, conforme sugere o título deste livro.

E isso nos faz retornar ao ponto crucial para o qual nos levara Smith (1986): Viena. Não incomodava aos positivistas lógicos a rejeição inicial de Comte à metafísica (ele próprio, no final da vida, militaria no mesmo caminho explicativo que criticara, ao propor a Igreja do Apostolado Positivista). Essa rejeição dizia respeito também às considerações de Mach, apesar de serem muito diferentes as razões para a sua escolha. Os membros da organização não se haviam confortavelmente com o positivismo quase religioso comtiano e a sua convicção sobre a naturalização dos estratos sociais. Um exemplo de visões anteriores que já estabeleciam restrições ao comtismo é encontrado em Mill, que declara simpatizar com várias ideias de Comte e sua possibilidade de integração com o empirismo britânico. Tal como Hume e Comte, Mill também pensava que o conhecimento era sempre fundado na experiência e concordava com a ideia de que qualquer convicção sobre conhecimento transcendente ao mundo empírico era desnecessária ou impossível. Mill aceitava a doutrina de Comte sobre os três estados e sobre a necessidade de reorganizar a sociedade numa base científica, mas divergia dele quanto à forma como enfatizava as ramificações sociológicas da ciência, defendendo a convicção de que o positivismo na ciência se atinha mais aos aspectos metodológicos.

É evidente que, ao longo da herança comtiana, vários “positivismos” ou seus supostos “sinais” foram interpretados por diferentes autores como necessariamente presentes em vários empreendimentos científico-filosóficos. No entanto, em alguns casos, os equívocos deixados pela equalização desses supostos sinais ao positivismo clássico de Comte têm sido utilizados como argumento para interpretações deletérias em todas as áreas. Sobre esse tipo de confusão conceitual a partir de outra área que não a Psicologia, Pereira e Freire Jr. (2012) observam:

Dizer que os positivistas do Círculo de Viena e o positivismo de Comte apresentam as mesmas características é um equívoco inadmissível, e, sendo assim, caracterizar o positivismo tem sido um problema para os filósofos, pois há uma grande dificuldade em considerar “os positivismos” como uma filosofia única. Entretanto, mais complicado do que definir o positivismo talvez seja **encontrar** os positivistas. (p.3, destaque nosso)

E embora Mill, de todo modo, tal como Comte e Hume, figurasse nas raízes remotas do movimento de Viena, o nome mais creditado pelos seus membros como inspirador do Círculo era Ernst Mach, identificado como o principal pensador associado à tradição empirista. Não foi gratuitamente que a designação do movimento na Áustria recebeu, em sua honra, a denominação de Sociedade Ernst Mach (Verein Ernst Mach). O físico-filósofo, mediante a confluência do empirismo radical com o positivismo experimental, sustentava que o objetivo de qualquer ciência é oferecer descrições concisas sobre as dependências funcionais entre fenômenos. Para Smith (1986), no monismo neutro machiano os elementos relacionados nas leis descritivas da ciência são constituídos por experiências puras que não são nem mentais, nem físicas, mas traduzidas nos próprios termos das relações dadas no âmbito da experiência. Além disso, acredita que a ciência pode ser unificada apenas mediante a eliminação da metafísica em favor de um estrito empirismo.

Essa explícita conexão da unidade da ciência com a rejeição à metafísica foi uma grande fonte de inspiração para os positivistas lógicos. Na sua completa rejeição a explicações *a priori* ou transcendentais (no sentido de explicações buscadas em dimensão distinta daquela do fenômeno a ser explicado), a epistemologia machiana era concebida como uma espécie de “psicologia do conhecimento”. Para Mach (1905), todo conhecimento, incluindo o científico, consiste numa eficiente adaptação ao ambiente, num formato em que “o físico e o psíquico contêm, portanto, elementos comuns e não estão, como se crê geralmente, um frente a outro em oposição absoluta” (p.8).

Conforme Smith (1986), “consequentemente, o conhecimento pode ser estudado em termos dos processos psicológicos do conhecedor e, finalmente, em termos de comportamentos biológicos” (p.35). Nessa perspectiva, do mesmo modo que na Lógica e na Matemática, outras formas de pensar também são experienciais em princípio e, assim, devem se sujeitar ao que Mach denominou de “economia biológica”. Ele não apenas não se interessava pela lógica formal, chegando mesmo a ser hostil a ela, conquanto a considerasse apenas uma “forma econômica de pensamento”. Suas interpretações psicológicas, em geral, e lógicas e matemáticas, em particular, pareciam sinalizar que sua visão divergia fortemente daquela dos positivistas lógicos.

O sucessor acadêmico de Mach, Moritz Schlick, recebeu um convite bastante rentável em Bonn. Como era o organizador e respondia pessoalmente pelo Círculo de Viena, sua saída sem dúvida produziria consequências prejudiciais para os destinos do movimento. Como informa Smith (1986), Schlick tomou uma decisão de momento e resolveu permanecer em Viena. Nessa época (1929), quando de sua estada como professor visitante na Stanford University, Otto Neurath, Rudolph Carnap e Hans Hahn reuniram as principais propostas do movimento e como que o oficializaram, comunicando-o para toda a comunidade científica internacional. O texto, intitulado *The scientific world-conception: the Vienna Circle* (1929) [A concepção científica do mundo: o Círculo de Viena], era uma espécie de panfleto do manifesto de Viena. Explicitava a herança do positivismo lógico e enfatizava que a integração da nova lógica com a estrutura empirista constituía uma mudança importante nas formas tradicionais do empirismo e do positivismo. Como reflexo do antipsicologismo de Frege, os autores escreveram: “É o método de análise lógica que, essencialmente, distingue o empirismo e o positivismo da versão anterior, que era mais de orientação biológico-psicológica” (p.308; tradução nossa).

Apesar da posição divergente de Frege, uma nova versão de convívio entre positivismo lógico e algumas abordagens da Psicologia se tornou possível no âmbito das discussões do Círculo. A adoção

do fisicalismo como base para a unificação da ciência redirecionou a atenção dos positivistas lógicos para alguma aceitação da Psicologia, sob inspiração do conceito machiano de sensações, porque estava em jogo a viabilidade de formular alguma psicologia em termos de linguagem física. Nesse contexto, Carnap publicou no famoso *Erkenntnis* (1932) seu *Psychology in physical language* [Psicologia em linguagem física], apenas um ano após a proclamação do fisicalismo enquanto regra verbal da comunicação científica.

Para Smith (1986), o fato de que, na sequência, os positivistas lógicos tenham passado a adotar um behaviorismo lógico na base da construção de argumentos científicos deixou inteiramente aberta a questão sobre seu relacionamento com o Behaviorismo científico do tipo que já era praticado por behavioristas norte-americanos. De início, não constituindo mais do que uma extensão da doutrina fisicalista em Psicologia, o Behaviorismo lógico era uma tese linguística ou uma espécie de teoria do significado, mas não uma abordagem científica da Psicologia. Conforme Smith (1986):

Embora os behavioristas às vezes oferecessem definições comportamentais de termos mentalistas, proceder desse modo não era, de maneira alguma, uma atividade essencial do Behaviorismo científico. Behaviorismo lógico e científico foram, assim, diferentes empreendimentos com objetivos e métodos distintos. (p.60; tradução nossa)

De qualquer maneira, os positivistas lógicos manifestaram algum interesse no Behaviorismo durante os anos de 1920, ao se considerar o texto de Bertrand Russell, *The analysis of mind* [A análise da mente], de 1921, que fazia referência a Watson logo após o aparecimento de seus primeiros textos. Referências a ele já haviam aparecido em textos da época dos membros do Círculo, até porque, de início, ele parece ter feito coro com seus membros, manifestando-se contra a metafísica e identificando-se com análises pró-fisicalismo encontradas em sua obra e na de Pavlov. Estratégias convenientes de aproximação, nem sempre tão cientificamente

legítimas, podem ter atravessado a relação entre o Behaviorismo Clássico e o empirismo/positivismo lógico. Para Smith (1986):

Isso ocorreu apesar do fato de que, estritamente falando, as realizações de Watson e Pavlov foram irrelevantes para a legitimação do uso de uma linguagem fisicalista. Os positivistas lógicos perceberam que a implausibilidade aparente de um tratamento fisicalista da Psicologia seria um obstáculo – uma fonte de “resistência emocional” – para a aceitação da doutrina, e eles estavam preparados para fazer uso propagandístico dos nomes de Pavlov e Watson. (p.60-1; tradução nossa)

A mútua “descoberta” entre os filósofos do Círculo e os primeiros behavioristas (“psicológicos”, para excluir aqui qualquer menção ao Behaviorismo lógico) se deu, em grande parte, graças a desenvolvimentos conceituais e reflexões paralelas, como se pode depreender dos fatos até aqui relatados. Os dois movimentos, por um bom período contemporâneos, não foram criados um a partir do outro e, de resto, permanecem equívocos de interpretação sobre suas origens e trajetórias, especialmente no que concerne a uma possível absorção de estratégias de lógica dedutiva pelos behaviorismos, sejam moleculares ou molares, exceto por Clark L. Hull. Tanto que a tradição de pesquisa behaviorista que sobreviveu continua sendo o indutivismo. Antes, porém, de uma caracterização mais definitiva desses caminhos paralelos, ambos os movimentos, tanto o Behaviorismo como o positivismo lógico, apresentaram polêmicas no âmbito de suas próprias trajetórias independentes. Para exemplificar, observem-se as características do positivismo lógico, embora este resulte do produto do encontro de duas tradições altamente conflitantes entre si.

Na tentativa de unir essas tradições, seus mentores criaram uma abordagem bastante influente e abrangente de filosofia da ciência, mas elas não se desvencilharam, apesar disso, de sérias tensões intelectuais oriundas de sua dupla ancestralidade. A “mistura” do logicismo fregiano e do empirismo machiano contribuiu para uma

posição filosófica algo instável. Com isso, a ideia de uma análise empírica das sensações, ainda que a definição destas tenha passado por muitas e nem tanto sutis reformulações, oferecida por Mach, conduziu o Círculo, em relação ao desenvolvimento da Psicologia como ciência, a uma posição até mesmo periférica na contemporaneidade, embora plenamente indispensável, na dimensão da história do desenvolvimento dos paradigmas da ciência. Em relação ao Behaviorismo, esclarece Smith (1986):

[...] os principais neobehavioristas desenvolveram suas próprias considerações psicológicas da Ciência e, ao fazê-lo, anteciparam alguns aspectos de tendências epistemológicas correntes. Preferindo subordinar a Lógica à Psicologia, todos eles foram mais empiristas do que os positivistas lógicos. A este respeito, eles não eram muito diferentes dos proponentes do psicologismo do século XIX. Porém, o que tornou esse psicologismo original foi que era um psicologismo behaviorista. Se a Psicologia poderia ser uma ciência objetiva, não haveria mais nenhuma razão para rejeitar o psicologismo em razão do subjetivismo. E, certamente, os behavioristas acreditavam acima de tudo que o Behaviorismo poderia tornar a Psicologia objetiva. (p.65; tradução nossa)

Apresentamos até aqui apenas mais uma das possíveis descrições, provavelmente enviesada pela história da formação intelectual deste autor, do que possa ser considerado um tosco e sintético roteiro de construção do cenário para o desenvolvimento e a consolidação de uma filosofia de ciência que conduz aos pressupostos da Análise do Comportamento. Prosseguiremos, conforme sugere o título deste livro, à procura das razões para rejeitar, no âmbito conceitual, qualquer objeto de estudo e modo explicativo que se apoie em estruturas, instâncias, eventos, estados, “coisas” (muito genericamente falando) para explicar as atividades dos organismos.

Para tal empreitada, parte do caminho passa por uma análise da trajetória behaviorista radical de Skinner, sobretudo no que ela guardasse ou não estreitas relações com as reflexões concernentes

ao Círculo de Viena e às formulações da filosofia de ciência de Ernst Mach, em particular.

Nascido vinte anos após Hull, behaviorista inspirado no modelo newtoniano de ciência, Skinner reconheceu algumas influências na sua formação científica, declarando que leituras, como de Mach e Bacon, revelaram desde logo seu paradigma funcional na explicação do comportamento nas suas relações com o ambiente. Para Smith (1986), essa diferença foi manifestada em relação a vários aspectos: a natureza das explicações; o valor e o papel da teoria; o tipo de atenção dada a eventos inobserváveis; e o método científico em si mesmo. Para mostrar a contraposição de suas posições: Hull colocava-se no polo dedutivo do processo de obtenção de conclusões, enquanto Skinner posicionava-se no polo indutivo (p.258). Acompanhando Smith (1986):

Por causa do indutivismo de Skinner, abordagem empirista radical, sua obra teve pouca popularidade durante a Age of Theory [era da teoria]; todavia, uma vez que os sistemas teóricos elaborados começaram a cair em desgraça nos anos 1950, a abordagem de Skinner estava pronta para fazer sucesso, embora fosse Hull a figura dominante do Behaviorismo na época. (p.258; tradução nossa)

Além de Bacon, lido precocemente, Skinner relata ter lido de Darwin: *The voyage of the Beagle* (1845) [A viagem do Beagle], *The origins of species* (1859) [A origem das espécies] e *The expression of the emotions in man and animals* (1872) [A expressão das emoções em homens e animais]. Em 1926, a revista *Dial* publicou uma resenha de Russell sobre o *Behaviorism* (1924) de Watson. Skinner leu-a, interessou-se pelo tema e comprou o livro de Watson e o livro *The Analysis of Mind* (1921) [A análise da mente], de Bertrand Russell. Skinner leu também *Conditioned reflexes* [Reflexos condicionados] (Pavlov, 1927), *Logic of modern Physics* [Lógica da Física moderna] (Bridgman, 1928), *The analysis of sensations* [A análise das sensações] (Mach, 1883) e outros clássicos, dentre eles, alguns de Poincaré, Loeb e outros.



Tendo lido Bacon, Skinner desde cedo conheceu a visão de ciência que enfatizava a observação, a classificação, o estabelecimento de leis indutivas e o afastamento da supergeneralização e de dogmas metafísicos. Sua simpatia em relação a esses aspectos se consolidou nas leituras dos textos de Mach, durante sua graduação em Harvard. Foram esses textos que serviram de modelo científico para a tese de doutorado de Skinner e para o desenvolvimento de sua concepção de ciência. Conforme Smith (1986), no *The Science of Mechanics*, Mach traçou o desenvolvimento da mecânica desde suas origens primitivas até o seu *status* contemporâneo na época, considerando que conceitos da Física tais como o de força apareceram de maneira quase artesanal, sem correspondência direta com dados que os apoiassem. Já no prefácio desse livro, anunciou que pretendia “contribuir para o esclarecimento de ideias, expor o real significado do assunto e desfazer-se de obscuridades metafísicas”. Smith (1986) escreve sobre a tese de Skinner:

Tendo lido Mach e Bridgman, Skinner foi receptivo à posição de Russell e estava preparado para defendê-la em sua tese. A primeira metade do trabalho foi dedicada a uma análise histórico-crítica do conceito de reflexo, sendo o método e o objetivo explicitamente delineados a partir de Mach. Skinner escreveu em sua introdução que “a principal vantagem, primeiramente explorada por Mach, reside na utilização de uma abordagem histórica [...] Alguns fatos históricos são considerados por dois motivos: para descobrir a natureza das observações nas quais o conceito foi baseado e para indicar a fonte das interpretações incidentais com a qual estamos envolvidos”. (p.265; tradução nossa)

Skinner observava que a importância da observação do reflexo estava em verificar que esta não permitia nada mais do que a constatação da correlação do estímulo com a resposta e que outras características referidas ao reflexo, tais como se ele era “involuntário”, “não aprendido” ou “inconsciente”, consistiam em meras “interpretações incidentais”. Assim como Mach, Skinner usou a

análise histórica como ferramenta para clarear conceitos, e para isso incluía a função positiva de esclarecer a origem experimental e a base conceitual envolvida e a função negativa de revelar seus componentes (metafísicos) não essenciais. Era como separar o joio do trigo olhando para a dimensão experimental e para o que disso “sobrava”: metafísica, nada além.

Skinner leu outros positivistas, mas foi Mach quem mais o influenciou quanto à dimensão epistemológico-metodológica. Com Smith (1986), “não seria exagero dizer que Skinner foi profundamente influenciado por Mach e os sinais dessa influência estão espalhados pelo trabalho de Skinner nos anos de 1930, quando sua tese dá o padrão do que irá acontecer” (p.265). Outros sinais da influência machiana podem ser identificados na leitura, por Skinner, de *Analysis of sensations* (1914) e de *Knowledge and error* (1905), além dos registros informalmente deixados por ele no seu *A sketch for an epistemology* (1934-1937), texto de anotações jamais convertido diretamente em publicação pelo autor. Nesse texto, de cerca de sessenta páginas, o nome de Mach aparece em torno de catorze vezes, sempre como uma referência fundamental a sustentar as análises e conclusões de Skinner. No entanto, o material não constitui referência segura ou oficial, uma vez que as informações sobre o trabalho do autor com esse material ainda não foram confirmadas pelas fontes próximas de Skinner na época.

Para Ernst Mach, a ciência é uma reprodução mais precisa das interpretações práticas dos fatos da vida cotidiana. Atividades tais como a caça, o artesanato, as interações humanas em geral, com manipulação direta do ambiente, constituiriam os rudimentos do conhecimento humano. Documentando sua afiliação a Mach, Skinner escreveu que as primeiras leis da ciência foram, provavelmente, as regras usadas pelos artesãos no treinamento de aprendizes. Como behaviorista, Skinner esteve naturalmente interessado em avaliar a evolução do conhecimento em paralelo à evolução das espécies, como tema de interesse da Biologia comportamental e da história das culturas. Embora estivesse, a seu tempo, circundado por um universo introspeccionista, Mach, ainda como reflexão de-

rivada de seu exemplo dos artesãos, remete à constituição biológica os “sólidos fundamentos do conhecimento científico”. Em 1905, no *Knowledge and error*, utilizou várias páginas para explicitar sua visão do que considerava um comportamento animal inteligente, tal como o comportamento do cientista. Para Smith (1986), “nas suas incursões dentro da psicologia comparada, Mach chegou a conclusões parecidas com as da maioria dos behavioristas: homens e animais formam conceitos no mesmo sentido; seu comportamento é governado por associações adquiridas mediante a experiência e mantido pela sua utilidade biológica” (p.267). Na sua visão, a evolução do comportamento animal e a história da Física constituíam duas partes de uma simples e mesma linha histórica de desenvolvimento humano. A ciência compreendida por Mach, apresentada no estudo de Smith (1986), assim se apresentava:

Como um fenômeno histórico, é provisória e incompleta. Tomadas em conjunto, estas quatro características da ciência – a sua casualidade, contingência, particularidade e incompletude – significavam para Mach que a ciência não podia ser reduzida a uma fórmula ou a determinado conjunto de regras metodológicas. Da mesma forma, Skinner tem visto todo o conhecimento como um produto da história. Ao fazer isso, ele tem enfatizado as mesmas características da ciência apontadas por Mach, e formulou a mesma conclusão de que a ciência não pode ser captada por qualquer fórmula, como pretende o método hipotético-dedutivo. (p.268; tradução nossa)

Essa caracterização da ciência como fenômeno primariamente biológico e histórico levou o eminente físico a concluir pela pertinência de um novo conceito: o de economia biológica na ciência. Tal princípio é citado por ele com frequência, e diz respeito apenas à descrição econômica de fatos. Ou seja, a ciência seria um empreendimento que resumiria de modo consistente os fatos da natureza. Para Fitas (1998), pode-se caracterizar uma boa teoria científica como a que “permite a classificação e previsão dos fenômenos sem recurso a um excessivo número de ideias sem correspondência com

o que é observado pelos sentidos” (p.129). Ainda, para esse autor, a lei da economia – que acreditamos possa ser encontrada na ciência, em alguns raciocínios similares, como o cânone de Morgan, a lei da parcimônia e a navalha de Ockam – não se ocupa da constituição da natureza, nem da explicação causal dos fenômenos observados. No entanto, para Mach, a “hipótese atomista, supondo o átomo como entidade real, constitui uma teoria física muito complicada; um átomo nunca se observara, sendo impossível sua comprovação experimental; logo, essa teoria não faria sentido” (p.130).

Isso nos leva a especular: fosse Mach um psicólogo e, mais ainda, um behaviorista, seria ele um behaviorista metodológico, e não um behaviorista radical, dado que a inacessibilidade (até então) dos corpúsculos atômicos caracterizaria a máxima do “inobservável, então fora da ciência”, típico do Behaviorismo Metodológico? Como se verá em outra parte deste livro, Mach permanecerá até o final da vida acreditando que a figura do átomo serviria apenas como metáfora didática para uma concepção teórica da organização micromacroscópica da natureza, mas não constituinte de sua dimensão empírica, apesar de as evidências experimentais já estarem em curso na última década de sua vida.

Como sabido, também para Skinner a atividade científica é um tipo especial de comportamento, governado pelas contingências de reforçamento. Acrescenta, no entanto, contingências de sobrevivência, considerando a discutível conjectura de que a ciência promove a autopreservação, seja no âmbito pessoal ou da cultura. De todo modo, Skinner segue Mach em relação a certos desideratos da ciência, destacando a eficiência da investigação, a imediaticidade da observação e a economia da descrição e comunicação dos achados. O behaviorista conclui que uma abordagem puramente descritiva da ciência possui maior eficiência do que uma abordagem hipotético-dedutiva. Adjetiva negativamente as condutas antieconômicas no âmbito da ciência, assim como condena o uso de certos termos vernaculares da linguagem coloquial, quando sugerem interpretações metafísicas, considerando as condutas e os termos pouco práticos, supérfluos, desnecessários e mesmo desajeitados e obesos” (1938; 1945a).

A rejeição a essas formas de expressão, por outro lado, pode ter levado a extremos o “primeiro” Skinner. Na revisão de Moxley (2005), ficam claras suas preferências preliminares por uma “linguagem objetiva” que pudesse expressar em fórmulas precisas as leis do comportamento.

Como Mach e os positivistas lógicos, Skinner estava inicialmente interessado em fórmulas matemáticas e inclinado a apresentá-las em seus primeiros relatos de pesquisa. Em adição à sua afirmação de 1931 sobre a importância do reflexo, Skinner apresenta fórmulas tais como “ $R = f(S, A)$ ” (1931, p.452); “ $N = KTN$ ” (1932, p.28); e “ $N = \log Kt + C + ct$ ” (1933, p.341) (p.37; tradução nossa)

É extremamente importante compreender o sistema explicativo skinneriano numa contextualização temporal associada ao pensamento científico-filosófico que constituiu o cenário para o Skinner de 1931 (tese), de 1938 (*O comportamento dos organismos*) e de 1945 (*Simpósio sobre o operacionismo*). Ao mesmo tempo, em total coerência com o propósito essencial deste livro, ao defender a descrição de relações funcionais como estratégia irrenunciável para o entendimento dos fatos da natureza, é importante avaliar contextualmente o que diz Skinner já nas primeiras páginas de seu livro inaugural (1938). Na página 6, o autor oferece uma incipiente – embora nada insipiente – definição de comportamento. Na sequência, encontra-se um conjunto de termos, a maioria deles bastante popular, que são associados ao modo coloquial de explicitar aspectos da nossa interação com o ambiente. Diz-se, cotidianamente, que “um organismo **vê** ou **percebe** objetos, **ouve** sons, **saboreia** substâncias, **cheira** odores, **gosta de** ou **antipatiza com** alguém; ele **quer**, **procura** e **descobre** algo; ele **tem um propósito**, **tenta**, é **bem-sucedido** ou **falha**; ele **aprende**, **recorda-se** ou **esquece**; ele fica **amedrontado**, **furioso**, **feliz** ou **deprimido**; **adormece** ou **acorda**, e assim por diante” (p.6). Skinner afirma que é necessário evitar esses termos numa descrição científica do comportamento, não pelo fato de que não seja possível encontrar uma definição

para cada um deles, mas talvez por mero acordo entre pessoas. O problema é que esses termos comumente carregam conotações de processos subjacentes nem sempre claros, fazem referência a condições intencionais do organismo para comportar-se numa ou noutra direção e dizem respeito cotidianamente a coisas ou estruturas, em geral internas, responsáveis pela ocorrência dos comportamentos a que se referem. O próprio Skinner (1938) explicita o que há de errado com os termos do vernáculo.

A objeção importante ao vernáculo na descrição do comportamento é que muitos dos seus termos implicam esquemas conceituais. Eu não quero dizer que uma ciência do comportamento deve dispensar um esquema conceitual, mas que não deve assumir algum sem uma análise cuidadosa dos esquemas subjacentes ao discurso popular. O vernáculo é desajeitado e obeso; seus termos se sobrepõem uns aos outros, estabelecem distinções desnecessárias ou irreais e estão longe de ser o modo mais conveniente para lidar com os dados. Eles têm a desvantagem de serem produtos históricos, introduzidos por causa da conveniência cotidiana, em vez de por conta do tipo especial de conveniência que caracteriza um sistema científico simples. Seria um milagre se tal conjunto de termos estivesse disponível para uma ciência do comportamento, e nenhum milagre desse tipo aconteceu. Há apenas uma maneira de obter um sistema conveniente e útil: ir diretamente para os dados. (p.7; tradução nossa)

É oportuno acrescentar que Skinner verticalizará sua posição sobre o escopo metodológico do Behaviorismo que descreve em *O comportamento dos organismos* (1938) ainda no segundo capítulo (p.44 ss.). Ele demarca a direção da pesquisa na Análise do Comportamento taxativamente.

Até aqui, como o método científico está em discussão, o sistema estabelecido no capítulo anterior pode ser caracterizado como se segue. É positivista. Limita-se à descrição, em vez de à explicação. Os seus conceitos são definidos em termos de observação imediata

e não são dadas propriedades fisiológicas ou de localização. Um reflexo não é um arco, um *drive* não é um estado central, e extinção não é o esgotamento de uma substância fisiológica ou estado. Termos desse tipo são usados apenas para reunir grupos de observações, estabelecer uniformidades, e para expressar as propriedades do comportamento que transcendem casos individuais. Eles não são hipóteses, no sentido de coisas a serem provadas ou refutadas, mas representações convenientes de coisas já conhecidas. (p.44; tradução nossa)

Ao assinalar que seu sistema é positivista, Skinner está visivelmente se referindo ao tipo de derivações “causais” que a linguagem coloquial sugere, o que costuma se circunscrever a explicações mediante estruturas internas (materiais ou imateriais), a dimensões teleológicas, e com funções iniciadoras internas típicas. Todas essas características são frontalmente adversas à tese das relações funcionais. É apenas e especificamente nesse contexto da terminologia que vai utilizar em seu livro primeiro que Skinner identifica seu sistema com o positivismo: dentro da lei dos três estados (teológico, metafísico e positivo), ele atribui à linguagem “científica” que utilizará a característica de ser positiva, no sentido de eminentemente descritiva, que também atribuirá aos termos usados no escopo metodológico de sua obra.

Mas há algo mais: embora se possa entender que Skinner anuncia evitar uma terminologia teleológico-metafísica em favor de outra, descritivo-positiva, e com isso estaria sob a influência da proposição positivista comtiana de ciência, parece mais pertinente, considerando as inúmeras referências que faz a Ernst Mach e sua renitente rejeição à metafísica, que esteja sob controle das características da ciência apontadas pelo físico-filósofo austríaco. A fisionomia das propostas skinnerianas, nessa direção, pode ser vista como variações dos mesmos expedientes utilizados por Mach na dimensão biológica, o que estreita o parentesco das reflexões de ambos os intelectuais, como se verá adiante. Antes, por outro lado, Skinner também justifica o fato de que não substituirá todos os

termos da língua inglesa em suas formulações, o que seria cientificamente antieconômico, no sentido dado por Mach. Como não é possível nem conveniente definir todos os termos, ele passa a criar alguns que terão especificidade no âmbito de sua abordagem, como de fato o fez ao longo de sua obra com “reforço”, “reforçamento”, “operante”, “tato”, “mando” e dezenas de outros.

A afinidade lógica do positivismo metodológico (note-se: metodológico, mas não social, no sentido de Comte e Durkheim) de Skinner com o de Mach, portanto, implica olhar, alternativamente, para a causa como função, e para a descrição como explicação. De acordo com Mach (1894), “para o investigador da natureza não há mais nada a descobrir além da dependência entre os fenômenos, ou seja, a dependência dos fenômenos uns em relação aos outros” (p.252). Esse aspecto é crucial para o entendimento da visão relacional adotada pelos dois autores e completa de maneira lógica a festejada expressão machiana “descrever é explicar”. Os fenômenos, para o físico austríaco, ocorrem todos no âmbito de uma variação de relações de interdependência e são naturalmente descritos em termos de tais dependências. De modo que, para ele, descrever adequadamente um fenômeno é o mesmo que explicá-lo. Mach (1894) escreve: “será que a descrição responde a tudo o que o pesquisador quer saber? Na minha opinião, é isso o que ela faz (p.253).

Para Smith (1986), Mach reconhece que a redução da explanação à descrição pode parecer incômoda aos pensadores para os quais a simples descrição produz uma sensação de “causalidade insatisfeita”. A maioria das pessoas estaria acostumada a conceber causa mesclada com a ideia de “puxar ou empurrar” para produzir efeitos, como num reflexo respondente incondicionado estímulo-resposta. Mas essa noção de causa seria apenas metafórica, supérflua e rejeitada em qualquer formulação científica final machiana. No seu esquema, “causa” e “efeito” são simples mudanças nas correlações entre duas ou mais variáveis do fenômeno, sentido em que relações de causa e efeito poderiam ser substituídas economicamente pela noção de função matemática. Essa visão machiana foi adotada de pronto por Skinner desde logo em sua carreira e figurou ao longo



de toda a sua produção científica. Isso pode ser notado em seus textos de 1935, 1937 e 1938, quando ele consolida uma redefinição dos reflexos, substituindo a ideia de “drive” por uma mudança na correlação entre estímulo e resposta. Lembre-se que o autor está, então, apenas começando a ampliar seu exercício de formulação da dimensão operante do comportamento dos organismos. Antes disso, já na sua tese (1930-1931), revela precocemente a influência de Ernst Mach e admite que explicação e descrição constituem essencialmente atividades idênticas: “a visão mais simples de explicação e denexo de causalidade parece ter sido sugerida pela primeira vez por Mach [...] para quem, em uma palavra, a explicação é reduzida à descrição e a noção de causalidade substituída pela de função” (p.337-8; tradução nossa).

Como se pode notar, se estritos aspectos da sua ciência (a Análise do Comportamento) e da sua filosofia de ciência (o Behaviorismo Radical) podem ser considerados fundados em algum positivismo, como o próprio Skinner admite e enuncia, estão apoiados na espécie de positivismo de Mach e, exceto pela recusa às explicações teológicas e metafísicas, mediante uma influência longínqua e indireta de Comte. Isso se esclarece na excelente análise de Smith (1986), na qual fica claro que o autor busca identificar aspectos que relacionam as visões “positivistas” de Mach e Skinner. Os positivistas lógicos do Círculo de Viena tinham Mach como seu predecessor doutrinário com relação à filosofia de ciência prevalente, mas o positivismo de Mach carecia de outro aspecto que era proeminente no movimento: uma forte ênfase na dimensão lógico-formal. Enquanto os positivistas lógicos mantinham sua epistemologia, que rejeitava a metafísica por meio da análise lógica, Mach defendia a mesma finalidade apoiado na descrição e na observação empíricas. Uma análise similar pode ser feita sobre o positivismo de Skinner: assim como o de Mach, seu positivismo foi uma estrita variante descritiva.

Essa postura epistêmico-metodológica de ambos implicava uma abordagem comungada, em que havia uma diferença de ênfase. No caso de Skinner, a economia proporcionada pelo novo método, embora finalmente biológica, era de imediato intelectual, resultante da combinação de parcimônia nas estratégias de pesquisa empírica e

de vigorosa rejeição de especulações metafísicas. Naturalmente, tal postura rendeu a Skinner, como também a Mach, por razões diferentes, muitas críticas, tendo sido acusado de simplismo explicativo e positivismo ético, como já dito.

O princípio da economia (ou parcimônia) de fato não se origina diretamente em Ernst Mach, mas em Richard Avenarius, filósofo alemão que formulou as primeiras ideias do empiriocriticismo, baseado sobretudo no requisito inerente à predominância da observação e descrição como estratégia de pesquisa. De todo modo, há em Skinner ecos prevalentemente machianos, já que a evolução da ciência, para ambos, constituía um caso especial de processos biológicos amplos de autopreservação e adaptação ambiental. O behaviorista considerava o conhecer uma espécie particular de comportamento, e este, por sua vez, era contextualizado e entendido como um produto do processo adaptativo de modelagem por contingências ontogenéticas e filogenéticas de sobrevivência.

Na tentativa de situar Skinner no cenário das contribuições históricas para a constituição do seu Behaviorismo, Smith (1986) escreve:

[...] Skinner enfatizou as contribuições de Darwin, Lloyd Morgan, Watson e Pavlov. De Pavlov, aprendeu a lição “controle suas condições e você verá ordem”. Mas Pavlov estava estudando o córtex cerebral por meio de suas experiências sobre o reflexo condicionado. Tal tratamento inferencial da neurofisiologia por meio de estudos comportamentais violava a insistência machiana de Skinner no desenvolvimento de uma ciência baseada na observação. Além disso, Skinner argumentava que, se o próprio comportamento é ordenado, ele deve ser tratado no seu âmbito de ocorrência, sem a necessidade de recorrer a outro nível de explicação. Nesses aspectos, ele foi muito influenciado pelo seu professor, o fisiologista W. J. Crozier, de Harvard, e de modo indireto também pelo professor de Crozier, Jacques Loeb. Foi a influência da Biologia comportamental positivista de Loeb e Crozier, mais do que a da Psicologia comparativa dos sucessores imediatos de Darwin, que Skinner revelou nas suas pesquisas. (p.286; tradução nossa)

Embora imprescindível, aprofundar a compreensão sobre como e em que medida a herança machiana, o positivismo clássico e o positivismo lógico influenciaram Skinner na construção do Behaviorismo Radical não é tarefa simples. Primeiro, parece necessário retomar algumas diferenças essenciais entre o Behaviorismo skinneriano e o de Watson, de um lado, e os de Tolman e Hull, de outro. Isso se faz necessário para compreender de modo razoável como cada um concebe seu modelo teórico de Behaviorismo.

Watson tem sido considerado patrocinador ora de um Behaviorismo ortodoxo, ora do Behaviorismo Metodológico. No entanto, trata-se apenas de uma contundente guinada no *Zeitgeist* do começo do século XX, de onde talvez lhe advenha uma suposta ortodoxia em termos de finalidades e métodos – estudar e observar o comportamento, em lugar de conduzir introspecções e refletir sobre os eventos, a natureza ou as características da consciência humana. No entanto, como já amplamente explicado na literatura, não lhe cabe a designação de behaviorista metodológico (Strapason; Carrara, 2008). A atribuição da prática de um Behaviorismo Metodológico (1945a; 1945b) é atribuída por Skinner diretamente a Boring e Stevens. Na versão destes, o que é público, no comportamento, é passível de ser considerado científico; o que é privado deve estar fora de consideração científica.

Não é preciso aduzir detalhes ao fato de que algumas formas de behaviorismo, embora as afirmações exacerbadas de seus autores precisem ser consideradas historicamente, geraram polêmicas duras e intermináveis e resistência enorme entre aqueles que, embora simpatizassem com a ideia de que fosse necessária maior objetividade, estavam habituados a lidar com a introspecção como instrumento de coleta de “dados” e, até por conta disso, não sabiam como lidar com o que ainda imaginavam como objeto último da “sua” Psicologia (a consciência) diante da nova visão metodológica, desde o Manifesto Behaviorista de 1913. Nessas condições, Watson acabou sendo lido e veiculado por aqueles que, entre outros, viriam a constituir o Círculo de Viena, interessados em tornar a Psicologia uma ciência natural, nos moldes pregados pelo positivismo lógico, embora não fosse esse, propriamente, o estratagema behaviorista de Watson.

Em particular, Schlick, Carnap e seus seguidores certamente influenciaram o Neobehaviorismo de Tolman e Hull, na medida em que estes compartilhavam a ideia de que uma ciência do comportamento deveria ser expressa mediante equações matemáticas e com o uso de uma linguagem inequívoca (com o auxílio da lógica dedutiva). Por seu turno, Skinner é um indutivista ao seu modo. Ou seja, o uso preferencial do seu delineamento de sujeito único, com replicação, deixa explícita a lógica de que o melhor controle, no sentido de parâmetro de comparação, para o participante da pesquisa, é ele próprio, o mesmo indivíduo. Com isso, as comparações acontecem intrassujeito, e não intersujeitos. Finalmente, a generalização se dá pelas eventuais corroborações de dados com outras situações e sujeitos, tratando-se aqui do item da replicação sistemática.

Por outro lado, uma distinção importante que Skinner fez entre o Behaviorismo Metodológico e o Behaviorismo Radical é o fato de que este considera fundamental o estudo dos eventos privados e insiste em que não se deve confundir a dicotomia público–privado com a dicotomia objetivo–subjetivo. Ou seja, tanto o que é público quanto o que é privado deve ser objeto de estudo de uma ciência do comportamento. A objetividade, portanto, por um lado, não advém da observação direta do fenômeno; por outro, não implica um consenso intersubjetivo entre cientistas – eles podem concordar com relação a eventos inteiramente subjetivos ou imensuráveis, como no exemplo: “a mente causa o comportamento”.

A obra de Skinner, desse modo, possui um perfil divergente, em aspectos relevantes, daquelas dos colegas que o precederam. Seu Behaviorismo Radical, monista e fisicalista quanto ao estofo (ao substrato, à estrutura) dos fenômenos naturais, como o comportamento, abre espaço para o estudo de eventos internos – privados, mas não mentais, no sentido corriqueiro dessa última expressão, que significa uma dimensão não física e de funcionamento automático –, ainda que relute diante das dificuldades oriundas da utilização dos relatos verbais na forma como eles eram originariamente obtidos mediante a introspecção. Seu reconhecimento da importância do comportamento verbal e, em particular, do comporta-

mento verbal encoberto, aparece explícito em diversas obras, em particular no seu ensaio eminentemente teórico: *O comportamento verbal* (1957).

Reitere-se que Skinner considera, como em *About Behaviorism* [Sobre o Behaviorismo] (1974), “o Behaviorismo Metodológico como uma versão psicológica do positivismo ou do operacionismo lógico”. Mais tarde, em *Canonical papers* (1984) [Artigos canônicos], ele escreverá:

No Departamento de Psicologia de Harvard, Boring e Stevens concordavam que [...] era preciso que a Psicologia se preocupasse unicamente com eventos comportamentais e não mentais se quisesse fazer parte das ciências unificadas. Mas eu não concordava com isso. Essa era a posição dos behavioristas metodológicos. De acordo com essa doutrina, o mundo é dividido em eventos públicos e privados. E a psicologia, para tornar-se ciência, precisaria confinar-se ao mundo dos eventos públicos. Isso não era bom behaviorismo [...] eu creio que os eventos privados são importantes e precisam ser estudados como fatos comportamentais. (p.552)

Demarcada essa diferença reconhecida por Skinner em relação a seus colegas de Harvard, fica clara sua herança do que se poderia chamar de positivismo descritivo, oriundo de Mach, em contraposição a um positivismo social ingênuo, como advindo de Comte. Skinner considerava também que o Neobehaviorismo de Tolman e Hull importava recomendações metodológicas dos positivistas lógicos de Viena e, com isso, o objeto de estudo da Psicologia era visivelmente influenciado pelo dedutivismo lógico e pelos acordos intersubjetivos de verdade científica. Skinner discordava dessas pressuposições, e essa era uma característica do Behaviorismo Radical, comprometido com quatro condições básicas: interesse no estudo do comportamento “em si mesmo”, com características próprias e não alienadas a aspectos fisiológicos; antimentalismo; compromisso com o evolucionismo biológico darwiniano; compromisso com o determinismo probabilístico.

Creel (1980) aponta outra característica fundamental do que se poderia chamar de positivismo skinneriano: trata-se da explicação para os eventos privados, que seriam divididos em acessíveis e inacessíveis. O primeiro tipo se compõe daqueles eventos como as batidas do coração, as sinapses dos neurônios, que permitem algum tipo de observação (são internos, privados, mas direta ou indiretamente observáveis), mas não são comportamento, na acepção majoritariamente operante estudada na obra skinneriana. Os do segundo tipo, os inacessíveis, embora experienciais e ocorrendo no corpo, não poderiam ser observados direta ou indiretamente no momento, como as sensações de prazer ou dor, os sonhos. Ambos, para Skinner, deveriam fazer parte de algum interesse da ciência psicológica. A admissão dos eventos privados como fundamentais numa análise psicológica não significa, porém, que Skinner equalize eventos privados a eventos mentais e que todos os eventos privados sejam comportamentos, no sentido por ele atribuído como “parte daquilo que o organismo faz” na interação com o ambiente (1938). Ele rejeita a condição causal a constructos mentalistas, tais como ego, sentimento, mente, traços, instintos etc., analisando os conceitos psicológicos, inclusive os introspectivos mencionados por Bridgman, em termos de controle de estímulos.

Costuma-se considerar que a preocupação de Skinner com os dados, de forma geral – e com sua cuidadosa coleta, em particular –, constitua uma característica que o aproxime das formas tradicionais de empirismo, o que é incorreto ao se fazer referência ao tipo de empirismo que referencia na intermediação das ideias – e, nesse sentido, da “experiência consciente” – a interpretação da realidade, já que ele elege a resposta como unidade básica de análise. Por outro lado, por vezes se supõe que a identificação dele com o determinismo consista em fator que o vincule ao mecanicismo. Por último, “o combate à metafísica e a pretensão de prever e controlar levou muitos a inseri-lo dentro do positivismo” (Micheletto, 1997), o que talvez ocorra porque Comte também defende bases empíricas. Segundo ele, a observação é a “única base possível de conhecimento verdadeiramente acessível” e “toda proposição que não seja estrita-

mente redutível ao simples enunciado de fatos, particular ou geral, não pode oferecer nenhum sentido real ou inteligível” (p.30-1).

Como já analisado, no entanto, não parece que seja exatamente o positivismo comtiano que se encontra em Skinner, mas aquele reinterpretado por Ernst Mach, como também deduz Mackenzie (1977). Isso se consolida nas palavras de Chiesa (1992):

Outra característica da filosofia de Mach diretamente adotada por Skinner é sua tendência a reduzir ou a limitar o conceito de explicação à descrição. Para o leitor moderno, acostumado a pensar em ciência como um empreendimento que caminha da descrição para a explicação, esse propósito pode parecer contraditório aos objetivos da própria ciência. Todavia, Hempel e Oppenheim comecem seu clássico *Estudos sobre a lógica da explicação* precisamente com esta asserção: “a pesquisa científica nas suas várias acepções vai além da mera descrição do fenômeno que estuda, mediante a colocação de uma explicação para o fenômeno que investiga”. [...] A distinção de Mach surgiu de duas características do seu próprio argumento: a) a definição de “descrição”, que está relacionada à visão de Mach acerca de causação; b) a oposição de Mach a certas espécies de teorias, especialmente àquelas sustentadas numa visão mecanicista da natureza, que, conseqüentemente, apelam a **entidades hipotéticas** para superar lacunas temporais e de espaço entre causas e efeitos. Isso é similar à discussão derivada do grande debate do século XIX a respeito das técnicas apropriadas de interpretação (teorias) na física e a disputa acerca das tentativas de descrição natural dos fenômenos em termos análogos ao trabalho de uma “grande máquina”. (p.1.292; destaque nosso)

Desse trecho pode-se deprender um pouco da identidade do pensamento skinneriano (expresso sobretudo a partir de 1945) e das proposições machianas (mais bem conhecidas particularmente nos textos de 1883, 1894 e 1905). Skinner compartilha a ideia de que descrever é explicar, no sentido de que, quando as mudanças nos valores das variáveis são descritas concretamente, ponto a ponto,

tem-se uma explicação do fenômeno. Esse é o sentido inicial do conhecimento para Skinner, que, adiante, admite a formulação de teorias apenas no caso em que se utilizem elementos explicativos contidos num mesmo estofo (o físico), abdicando de qualquer condição dualista.

Chiesa (1992) deixa clara essa influência de Mach sobre Skinner, quando menciona a ênfase comum de ambos sobre a sequência observação–descrição–integração, na qual se privilegia o aspecto descritivo, em detrimento do inferencial ou da construção teórica. Não que Skinner ou Mach se esquivem em definitivo da formulação de teorias, até porque o fizeram incessantemente ao longo de suas vidas, ou neguem que o pesquisador, ao conceber seu projeto, tenha em vista algumas conjecturas preliminares. Mas o conjecturar, para ambos, precisa estar integrado num sistema no qual se tenham dados que permitam formular novas hipóteses, que levem a procurar novos dados etc. Apenas incidentalmente, quando se revê a bibliografia skinneriana (Carrara, 1992), nota-se que o seu programa de trabalho, durante toda a sua carreira, seguiu certa ordem, visivelmente caminhou de intensa atividade de pesquisa básica para a elaboração e publicação de artigos teóricos, o que foi comum nos seus últimos vinte anos de vida. De qualquer maneira, Skinner, sempre seguindo Mach, atribuiu particular valor heurístico à descrição como forma de compreender as relações funcionais entre as variáveis estudadas.

Skinner, como Mach, privilegia a descrição da relação entre eventos como forma de explicação. Para ele, o comportamento só ganha sentido, só pode ser compreendido, e controlado, e previsto, se a análise leva em conta a interação entre organismo e ambiente. Para entender esse sistema relacional, é imprescindível descrever o que muda (se muda) no organismo e ao mesmo tempo, consequentemente, no ambiente – para assegurar essa consequenciação, há uma série de procedimentos metodológicos. Portanto, Skinner defende uma relação funcional, e não um sistema de causalidade mecânica (Micheletto, 1997).



Apesar da máxima proposta por Mackenzie (1977) de que “a relação entre a ciência e o mundo real” é que define se uma teoria é ou não positivista, parece clara a necessidade de redobrada cautela ao classificar esta ou aquela corrente de tal ou qual maneira. No caso do Behaviorismo skinneriano, é nítido seu compartilhar com o determinismo e com o naturalismo visível no positivismo. Entretanto, se entendida a diferença entre “positivismo” e positivismo, aludida por Cupani (1985; 1990), não há como categorizar o Behaviorismo Radical – embora alguns possam tentar fazê-lo em relação ao autor, Skinner, e não à sua obra – decisivamente dessa maneira. No mínimo, seria um procedimento simplista. Parcimônia é imprescindível, como recomenda Abib (1985):

[...] corre-se sempre o risco de, ao tentar encaixar um autor em determinado esquema, abstrair elementos importantes de sua obra, que terminariam por impedir sua classificação e, por outro lado, por esse mesmo motivo, não perceber que o pensamento do autor poderia estar mais bem situado em outro tipo de classificação, ou, até, não se ajustar a qualquer tipo conhecido de classificação. (p.203-4)

Como conclui Chiesa (1992), “o sistema de explicação do Behaviorismo Radical focaliza as relações entre pessoas se comportando [...] e suas consequências – comportamento no seu contexto”. Nesse Behaviorismo, “pessoas são ilustradas como todos indivisíveis, ativos no e interativos com o seu ambiente, mudando e sendo mudadas pelo contexto e pelas consequências do seu comportamento” (p.1.288-9). Skinner, portanto, advoga uma estrutura relacional de análise do objeto da Psicologia. Tal estrutura hoje parece coerentemente estabelecida do ponto de vista tecnológico e filosófico dentro do Behaviorismo Radical, em vista do montante de pesquisas já produzidas nas suas diversas subáreas. Todavia, é o próprio Skinner quem, no último artigo que escreveu (1990), alerta para o fato de que o emprego dos procedimentos de Análise do Comportamento por setores mais amplos da Psicologia – ou seja, se esta tende ou não

a tornar-se o método preferencial da Psicologia – “é matéria que o futuro decidirá”.

Embora haja indícios de que Skinner tenha lido muito sobre a evolução da ciência nos anos precedentes à sua consolidação como pesquisador e tenha convivido diretamente com alguns desses autores, os dados da literatura revelam-no um cientista com formulações teóricas próprias. Isso não significa que tenha concebido seu Behaviorismo Radical de forma isolada das discussões ocorridas na literatura, como, de resto, nenhum homem de ciência de que se tem notícia produziu teorias que prescindam de um passado de influências, menos ou mais diretas, menos ou mais intensas, fáceis ou difíceis de identificar. Como vimos, Ernst Mach foi uma das maiores fontes inspiradoras de Skinner, mas nem Mach formulou um Behaviorismo Radical, nem Skinner simplesmente replicou o empiriocriticismo. Ocorre que, a partir de certo momento na evolução da construção do sistema teórico – momento esse, por vezes, de difícil percepção imediata –, tal sistema acaba inexoravelmente personalizado por um dos atores do cenário científico. A publicação do *Terms* (Operational analysis of psychological terms) [Análise operacional dos termos psicológicos], por Skinner, em 1945, foi uma dessas ocasiões.

No que diz respeito a uma eventual herança tomada emprestada ao Círculo de Viena, o “segundo” Skinner parece guardar certa distância. Por exemplo, a sua visão do operacionismo lógico, apesar da ênfase inicial no verificacionismo, divergia significativamente daquela dos positivistas lógicos. Para Smith (1986), Skinner “em nenhum momento manifestou simpatia com o positivismo lógico, para além do aspecto formal” (p.279).

Skinner esteve pessoalmente próximo de duas das maiores figuras do positivismo lógico, Rudolf Carnap e Herbert Feigl. Logo depois de receber seu Ph.D., recebeu uma indicação para a Harvard Society of Fellows, da qual o filósofo W. V. O. Quine também era membro. Através de Quine, que havia estudado com Carnap em Praga, Skinner encontrou-se com Carnap em Harvard durante o verão de 1936. Tempos depois, manifestou-se dizendo que tinha

poucas esperanças de reconciliar lógica e psicologia, embora talvez conseguisse convencer os lógicos de que muitos problemas por eles debatidos estavam mais no campo da Psicologia. No *Comportamento dos organismos* (1938) e no texto de 1945, Skinner refere-se a Carnap de maneira crítica em relação à visão deste sobre a “unidade da ciência” (a unificação dos padrões da linguagem científica).

Com Feigl foi um pouco diferente. Nas palavras de Smith (1986):

O relacionamento de Skinner com Feigl começou no início dos anos 1940, quando ambos estavam na Universidade de Minnesota. Lá tornaram-se amigos íntimos. Juntos, leram e discutiram *Walden Two* e se envolveram em discussões amigáveis sobre questões filosóficas relacionadas com a Psicologia. Mas nunca chegaram a qualquer acordo substancial sobre essas questões, e é duvidoso que Skinner tenha absorvido muito do positivismo lógico a partir de seu contato com Feigl. Da sua parte, Feigl se referiu a Skinner como o “mais brilhante e consistente psicólogo positivista da América” e resumiu seu relacionamento com ele dizendo: “Discordamos fortemente em questões filosóficas da Psicologia, mas isso nunca perturbou as nossas relações pessoais.” Skinner declarou: “Ele e eu nunca resolvemos totalmente as diferenças entre o positivismo lógico e o Behaviorismo, e cada um de nós, como Feigl já colocou, continua a cultivar seu próprio jardim.” (p.280; tradução nossa)

Em *A matter of consequences* (1984), Skinner detalha um pouco mais esse episódio, e a aproximação e o afastamento do movimento do positivismo lógico:

Philipp Frank, outro membro do Círculo e um dos grandes filósofos da ciência, dirigiu o programa de Educação Geral que incluiu Ciências Naturais 114. Ele também foi presidente da Unidade de Comitê de Ciência da Academia Americana de Artes e Ciências e convidou-me a ser membro dela. Participei de algumas reuniões, mas logo ficou claro que procurei a unidade com uma perspectiva

diferente – uma análise do comportamento do cientista – e pedi demissão. (p.128; tradução nossa)

Em síntese, Skinner parece ter simpatizado com o positivismo lógico no começo da sua carreira, mas descartou assumir definitivamente um behaviorismo apoiado nos cânones do positivismo lógico defendido pelo Círculo de Viena. De fato, fora influenciado mais pelo próprio Mach e suas formulações do que propriamente pelos efeitos intelectuais do Círculo enquanto movimento científico. Lembremos que, por volta de 1930, época de sua pós-graduação, Skinner teve contato direto com a variedade de positivismo (o descritivo) de Mach e o impulso da Biologia, sob influência de Darwin. Mais adiante, desviou-se de modo mais visível do formalismo do positivismo lógico, caracterizando-se, por meio do descritivismo, por um antiformalismo anteposto ao dedutivismo lógico. Acabou por rejeitar inclusive certo tom asséptico dos ideais de ciência “pura” e independente do observador que margeava as discussões sobre o modelo de conhecimento a ser reconhecido pelo projeto de unificação da ciência. Em *About behaviorism* (1974), ele escreve:

Seria absurdo para o behaviorista afirmar que ele está, em qualquer sentido, isento de sua própria análise. Ele não pode sair do fluxo causal e observar o comportamento de algum ponto especial de vista [...] No próprio ato de analisar o comportamento humano, ele está se comportando. (p.234; tradução nossa)

A literatura revista sugere que, em geral, não há uma associação intelectual legítima entre o Behaviorismo skinneriano e o positivismo lógico. Sem dúvida, algumas influências são percebidas, como o fato de que Skinner não caminhou insensível às leituras fundamentais geradas por Mach e pelo grupo de Viena. Por exemplo, ambas as posições implicavam a rejeição às especulações metafísicas, mas o modo como esse objetivo foi instrumentalizado contemplou estratégias muito distintas. Skinner elaborou suas “próprias” formulações – de modo relativo, sem dúvida, já que leituras completamente

“isentas” são improváveis no campo científico se uma das duas características admitidas é a evolução do conhecimento, não por justaposição, mas por incorporação de novos dados, que por sua vez incluem ou excluem o conhecimento já existente. Por exemplo, seu conceito de seleção pelas consequências decorre de seu contato com leituras detalhadas de Darwin. Nesse sentido, seria um empréstimo da teoria darwiniana. No entanto, Skinner dá seu próprio “tom” à ideia de seleção darwiniana, quando faz restrições visíveis à atribuição causal do processo evolutivo das espécies, na época, com base numa “pressão seletiva”. Ele abandona esse “ente” da pressão seletiva constituído por uma explicação metafísica atribuída a uma “força” – no sentido newtoniano, já então devastado por Mach com as críticas aos conceitos de “massa”, “espaço absoluto” e “tempo absoluto” – que “conduz inevitavelmente” à evolução das espécies. Redige um particularmente bem articulado e sobejamente conhecido paradigma de três níveis de variação e seleção – filogenético, ontogenético e cultural – e mostra que o que mantém ou altera comportamentos ou práticas culturais são as consequências por estes produzidas no ambiente. Resultam aí afastados: estratégias de explicação baseadas em constructos “mentais”; métodos dedutivos; quaisquer resquícios positivistas que superem estratégias metodológicas de pesquisa.

Skinner acaba por demarcar em definitivo seu afastamento em relação ao positivismo lógico nos artigos sobre a sua participação no Simpósio sobre Operacionismo (1945a; 1945b), promovido pelo seu ex-orientador, E. G. Boring. Neles expõe com clareza seu entendimento sobre as diferenças entre seu Behaviorismo Radical e o Behaviorismo Metodológico de Boring e Stevens. Esse momento é crucial na história da Análise do Comportamento, porque Skinner torna definitiva sua defesa de um descritivismo relacional, inspirado nos moldes machianos do “descrever é explicar” (ou seja, descrever o comportamento nas suas relações com o ambiente é, efetivamente, explicá-lo). Não se trata, mais uma vez, de associar duas “coisas”, ou “eventos”, ou “condições” e adotá-las como componentes físicos de uma “causa complexa” das ações dos or-

ganismos vivos, mas de explicitar que apenas o conhecimento das próprias relações de dependência entre essas instâncias é que pode, de alguma maneira, iluminar a compreensão sobre saber como funciona o mundo comportamental, até mesmo em razão de que o saber como possibilita prever, alterar, planejar objetivos inerentes ao edifício científico pretendido por Skinner.

Parte desse seu entendimento seguramente deriva de uma inspiração machiana, mas é necessário relembrar que o Behaviorismo Radical não foi criado por Mach, do mesmo modo que o empirio-criticismo não se originou em Skinner, mas em Mach e Avenarius. Tanto Mach como Skinner enfrentaram severas críticas de seus contemporâneos, advindas de diferentes áreas do conhecimento. No entanto, apesar de suas diferentes épocas, origens e trajetórias, é possível claramente identificar no sucessor certas características do antecessor.

Skinner incorpora a ideia de relações funcionais que substituem a noção de causa, apropria-se da lógica do “descrever é explicar”, a seu modo rejeita o mecanicismo, adota o monismo e estende a crítica machiana à antimetáfísica ao âmbito das explicações mentalistas em Psicologia. No entanto, não absorverá integralmente o conceito machiano de “sensações”. Reformula-o no campo das percepções, instrumentaliza-o no âmbito dos processos de generalização e discriminação de estímulos (mais amplamente, de controle de estímulos) e, embora as “sensações” sejam sempre referenciadas na materialidade, concebe-as como relações do comportamento com o ambiente, no seu mais amplo sentido. Esse distanciamento, contudo, ainda assim reserva contatos, como a ideia de que “o corpo é material, visível, tangível, sensível e ocupa parte no espaço, junto com outros corpos. [...] Há, através do conceito de sensação, uma nova leitura para os fenômenos que o senso comum entende por ‘subjetivos’ ou ‘psíquicos’” (Elias, 2012, p.21, sobre as ideias de Ernst Mach). Mach, no entanto, sugere que o físico e o psíquico possuem elementos comuns e que entre eles se estabelece um *continuum* de acontecimentos com dimensão temporal e espacial passíveis de análise científica. Conforme Jalón (2010), para Mach

[...] existe uma união necessária do sensível com o racional, graças a um monismo no qual o todo e as partes se unem natural e inextricavelmente; o físico e o psicológico-sensitivo podem adequar-se de forma tal que entre os mundos exterior e interior não existe abismo algum, como é próprio da tradição empirista moderna. (p.258; tradução nossa)

No entanto, admitir que ambos os aspectos, físico e psíquico, “se tocam” implica dizer que um e outro interagem, embora constituídos de substâncias distintas? Ou equivale a admitir que psíquico é, no sentido dado, também físico e, por isso, há uma redução do primeiro ao segundo? Ao seu modo, Skinner deslindaria essas questões na formulação do Behaviorismo Radical.

De toda forma, a questão da dicotomia entre aparência e realidade não faz sentido para Ernst Mach, como ele frisa na obra de 1905 (p.22), de maneira que fenômenos físicos e psíquicos são da mesma natureza, do que se conclui que ela seja física, o que é mais preciso do que sua afirmação de que os físicos “incluem” parte dos psíquicos ou que estes se “mesclam” àqueles em sensações. Mach descarta a ideia de essência, registrando, como Skinner, que o que é público e o que não é manifesto são acontecimentos da mesma natureza (um passo em direção ao monismo de substância), de modo que fica excluída a existência de estruturas internas criadas apenas para explicar eventos que não podem ser diretamente observados. Skinner também empresta de Mach esse perfil de descrição econômica na ciência, que reduz de modo parcimonioso a criação de novos conceitos sobre novas entidades supostamente responsáveis pela dinâmica do comportamento, para além das interações entre organismo e ambiente.

Quando Skinner trata dos eventos privados, especialmente comportamentos encobertos, encaminha a questão segundo a acepção machiana de que a diferença é uma questão de acessibilidade, não de natureza. Ou seja, comportamentos, encobertos ou públicos, têm, em última análise, uma natureza física. É evidente que não é o caso de, observando dimensões físicas biológicas estrutu-

rais (o interior de um cérebro, por exemplo), poder propriamente “ver” nelas comportamentos. Percebe-se um amálgama complexo de estruturas biológicas, mas não os processos de que se ocupam, naturalmente. Por outro lado, outros eventos privados, não necessariamente comportamentais, também são inacessíveis a uma segunda pessoa. É nesse sentido que Skinner diz que “minha dor de dentes é tão física quanto as teclas de minha máquina de escrever”. Como se nota, de certa forma há trechos bastante congruentes entre os dois autores. É possível “ler Skinner e encontrar Mach” ou ler “Mach com olhar skinneriano”, mas isso não implica verdadeira identidade de concepções, pelas razões já apresentadas.

Como interpreta Elias (2012), Mach considerava, no contexto explicativo fenomênico, a importância das “relações entre os fatos físicos, que dependem de circunstâncias externas ao corpo e [também] de circunstâncias interiores ao corpo, que são as sensações”. Ele escreve:

Mach introduz o conceito de “sensações” para delimitar o que seriam essas experiências psíquicas. As sensações não são constituídas de uma natureza diferenciada. São sempre dados imediatos. Não se ancoram numa dicotomia realidade/aparência. Inclusive, Mach se preocupa em citar o fenômeno da ilusão de ótica como exemplificação de que não há uma realidade alternativa que “deturpa” a realidade, mas sim uma ignorância (à época) das circunstâncias em que as percepções são produzidas. Mach expõe que o que conduziu a uma distinção entre a aparência e a realidade (fenômeno e coisa) foram confusões das percepções produzidas por circunstâncias diferentes. Assim, a dicotomia aparência/realidade não faz sentido. (p.23)

Uma ideia, porém, atravessa as sendas do empiriocriticismo e instala-se no Behaviorismo Radical de modo sutil e adaptado ao vocabulário dele. Trata-se do conceito kantiano de “coisa em si”, criticado na essência da ideia de “sensações” no domínio de Mach. Ainda que não seja possível resumir Kant, pela grandeza e comple-



xidade de suas reflexões, a passagem da crítica de Mach a Skinner se dá mediante o exame, primeiramente, do que designa “elementos”, associados a diferentes “atributos” que os qualificariam como coisas, eventos, estruturas que conhecemos. Na interpretação de Elias (2012):

Entretanto, Mach não limita o conceito de sensações apenas às relações do homem com o mundo externo. O conceito de sensações também engloba as experiências sensoriais do homem consigo mesmo. Aqui, entram as sensações que o homem tem das propriedades físicas do próprio corpo, mas também relações do tipo pensar, sentir, lembrar, introspectar. Mach define introspecção como combinações de sensações. Considerando a importância da relação (interação), Mach compreende que as sensações se recombinaem e dão origem a novas sensações. (p.24)

Laurenti (2004) adiciona esclarecimentos importantes à posição machiana:

A dicotomia físico-mental faz sentido no contexto de um dualismo de substâncias, que também é rejeitado por Mach (1894/1943) quando critica as noções de substância e de **coisa-em-si**. A ideia tradicional de substância (como uma coisa ou corpo imutável, uma essência que está por detrás da aparência e que existe independente do sujeito) é tratada em termos de um grupo de sensações abstraído do fluxo de elementos que apresenta maior constância e estabilidade do que outros. Passando a palavra a Mach: “mas seria muito melhor dizer que os corpos ou coisas são símbolos mentais resumidos de grupos de sensações – símbolos que não existem fora do pensamento” (p.200-1). A identidade do corpo é assegurada quando abstraímos um grupo de sensações do fluxo, e os elementos desse grupo se apresentam mais constantes em comparação com aqueles elementos instáveis. Contudo, algumas mudanças nesse grupo constante podem ocorrer e, muitas vezes, essas alterações acontecem sem que o corpo deixe de ser, para nós,

o mesmo. Isso estabelece a condição para que formemos a noção de substância distinta de seus atributos, em outras palavras, a ideia da **coisa-em-si**. (p.52-3; destaques nossos)

Em nota, Laurenti acrescenta:

A função da linguagem no processo de abstração é esclarecida por Mach (1905) ao rejeitar a noção de “**coisa-em-si**”: “As primeiras e mais antigas palavras são nomes de ‘coisas’. [...] Não existe coisa inalterável. A coisa é uma abstração, o nome ou símbolo de uma combinação de elementos de cuja mudança abstraímos. [...] Quando, posteriormente, observamos a mutabilidade, não podemos, ao mesmo tempo, sustentar a permanência da coisa, a menos que tenhamos que recorrer à ideia da **coisa-em-si**, ou outro absurdo semelhante.” (p.579; destaques nossos)